

2015

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD

PROJETO: BRA/12/006

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME/CNAS

MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES

Consultora responsável

CONSULTORIA TÉCNICA – PRODUTO 3

Análise Comparativa sobre as Metodologias Adotadas nas Conferências de Assistência Social de 1995 a 2013

27-02-2015

Índice

I – INTRODUÇÃO	1
II - ANÁLISE COMPARATIVA – CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE 1995 A 2013	5
2.1.BLOCO I –CONFERÊNCIAS NACIONAIS I, II, III E IV.	6
2.1.1. I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 1995	6
2.1.2. II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 1997	14
2.1.3. III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2001	21
2.1.4. IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2003	25
2.2. BLOCO II –CONFERÊNCIAS NACIONAIS V, VI, VII, VIII E IX	37
2.2.1 - V CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2005	37
2.2.2. VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 2007	45
2.2.3. VII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2009	59
2.2.4. VIII – CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2011	74
2.2.5. IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2013	88
III - ASPECTOS CONCLUSIVOS E COMPARATIVOS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 1995 A 2013.	101
IV - ANEXOS	111
ANEXO 1 – CONTEÚDO DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS	112
ANEXO 2 – FORMATO DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS	113
ANEXO 3 – PADRÃO DE PARTICIPAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS	114
ANEXO 4 – OBJETIVOS TEMAS E SUBTEMAS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS	115

I – Introdução

O presente relatório, que teve como objeto a análise comparativa entre as metodologias adotadas nas Conferências Nacionais de Assistência Social, reveste-se da maior importância e grande oportunidade para expressar e sistematizar as informações essenciais que identificam e caracterizam todas as Conferências Nacionais de Assistência Social, realizadas ao longo desses 20 anos, desde a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, em 07/12/1993. São nove Conferências Nacionais entre 1995 e 2013, assim como as respectivas conferências estaduais e municipais, o que já mobilizou milhares de pessoas representando entidades, órgãos públicos, usuários, lideranças, conselheiros e trabalhadores da área, engajadas no projeto de construção e consolidação da Política Nacional de Assistência Social brasileira.

Compreender o significado da realização de tais conferências exige resgatar um dos valores e conquistas fundamentais da Constituição Federal de 1988, quando define como uma das três diretrizes constitucionais, a Participação da Sociedade no controle social das políticas públicas. Tal diretriz é reconhecida como resultado das lutas e movimentos sociais no processo de redemocratização política do país, que aclamava por uma Carta Magna que em toda sua estrutura e texto legal, garantisse a participação como um pilar de sustentação da democracia requerida pelo povo brasileiro.

Portanto, nesta matéria, o artigo 193 ao tratar da Ordem Social, dá entrada ao estabelecimento do Sistema de Seguridade Social brasileira, abrangendo as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social. Os artigos 203 e 204 estabelecem as normas básicas para a política, em termos dos objetivos, destinatários, financiamento, instituição do BPC, relação federativa e a participação da população. E como tal, exigiu uma lei complementar para a

regulamentação da política, o que se efetiva com a promulgação da Lei 8.742 de 07/12/1993, a LOAS, portanto, somente cinco anos depois da CF/88.

É mister ressaltar a grande mobilização nacional em torno dos anteprojetos e dos interesses que cercavam o processo de discussão dos conteúdos da futura LOAS, embates técnicos e políticos no enfrentamento das concepções e práticas conservadoras que até então, marcavam a assistência social no Brasil e que continuavam a interessar uma parcela de parlamentares, governos, lideranças e entidades. Nesse contexto se ganha e se perde, mas o texto final da LOAS, aprovado e promulgado pelo então presidente da república em 1993¹, foi muito comemorado pelas forças progressistas e comprometidas com a Constituição de 1988. Tal processo contou com a participação de grupos profissionais, de entidades civis e principalmente, de Universidades que se dedicavam muito antes, a estudos e pesquisas sobre a trajetória da assistência social no Brasil, vislumbrando as transformações necessárias para fazer frente à realidade brasileira.

Esse movimento político e acadêmico foi decisivo nos debates e na defesa dos conteúdos do projeto de lei, que estabelecia: princípios, diretrizes, objetivos, destinatários, benefícios, serviços e programas, relação federativa e competências, gestão, financiamento e controle social. Contemplou, também, a instituição dos Conselhos nas três esferas e cuja estratégia de implantação integrada da política foi definida pela implantação de um Sistema Descentralizado e Participativo da assistência social. Já com a previsão de organização da política nos estados, DF e municípios brasileiros e coordenada pela instância federal, a lei dispunha sobre a responsabilidade da criação dos Conselhos, Planos e Fundos, além da realização das Conferências nacionais,

¹ Destaca-se que a LOAS sofreu alteração pela promulgação da Lei 12.435/2011, na qual dentre outras alterações instituí-se o Sistema Único de Assistência Social.

estaduais e municipais como espaços de participação e deliberação na condução da política de assistência social em todo o país.

Assim, ao mesmo tempo em que se desenvolvia uma grande mobilização nacional para a implantação da Loas no país, traduzida na estruturação e funcionamento da política pública, em todos os níveis, demandando criar as condições objetivas de trabalho e de organização de uma rede socioassistencial compatível às realidades, foram muito esperados a criação do Conselho Nacional de Assistência Social, nos termos da LOAS, assim como a convocação da I Conferência Nacional de Assistência Social e respectivas conferências, nos estados, DF e municípios, que só aconteceu em 1995.

A partir daí, deu-se por instalado no Brasil o processo formal, público e coletivo de implementação da LOAS, tendo em vista o sistema descentralizado e participativo. Conquistas e grandes desafios passariam a integrar um projeto de construção de direitos sociais, nem sempre consensuado, ao oposto, contraditório, disputado e ainda muito invisível aos olhos dos entes federados. E, nesse contexto, a realização das conferências sempre significou um dos pontos fortes nessa construção, assegurando o caráter democrático e participativo da gestão pública da Política de Assistência Social.

A análise comparativa das metodologias adotadas nas nove Conferências Nacionais de Assistência Social de 1995 a 2013 ora apresentada, constitui-se no objeto do terceiro produto do contrato nº 2014/000232, firmado entre o CNAS e a consultora Márcia Helena Carvalho Lopes, tendo como objetivo, contribuir no registro histórico, sistematização e análise dos dados comuns a todas as conferências nacionais, considerando os principais aspectos metodológicos, entre eles, os temas e subtemas, padrão de participação, formato, programação, conteúdos e síntese das deliberações.

No decorrer dessa análise, são ressaltados alguns dos marcos históricos das respectivas conferências e os aspectos de análise que oportunizaram comparar as metodologias e o significado político no contexto da consolidação da Política Nacional de Assistência Social no Brasil. As conferências apresentam características próprias, que respondem tanto à conjuntura, quanto ao amadurecimento e compreensão acerca dos temas da política, pelos sujeitos que as organizam e de suas condições objetivas de participação.

A análise realizada que culminou neste documento, baseou-se em fontes documentais, disponibilizadas pelo CNAS, tais como: os anais de todas as conferências nacionais disponibilizados no site do CNAS, os relatórios de dados sobre as conferências e suas deliberações do CNAS e o Plano SUAS 10. É importante registrar que tais documentos não apresentam um mesmo padrão de estrutura e informação para os objetivos deste produto, de modo a possibilitar um maior aprofundamento da dimensão comparativa.

Por fim, as informações contidas neste documento, estão organizadas sob a ordem cronológica das conferências, destacando-se como Bloco I, aquelas que antecederam a gênese do SUAS, ou seja, a I, II, III e IV conferências, de 1995 a 2003 e as posteriores, V, VI, VII, VIII e IX, de 2005 a 2013, que refletem um novo status da Política de Assistência Social no Brasil pós SUAS, ainda também, refletido nas conclusões.

II - Análise comparativa – Conferências Nacionais de Assistência Social de 1995 a 2013

A presente análise organiza-se em dois blocos. O critério de divisão foi a realização da IV Conferência Nacional em 2003, considerada um marco histórico pela deliberação de implantar no Brasil o SUAS - Sistema Único da Assistência Social. Nesse sentido, o Bloco I refere-se às primeiras quatro Conferências Nacionais de Assistência Social (I, II, III e IV), realizadas nos anos de 1995, 1997, 2001 e 2003, respectivamente, e que se configuram como um tempo decisivo na construção da Política Nacional de Assistência Social no Brasil. Já o Bloco II refere-se ao período das Conferências Nacionais pós SUAS, com a realização de mais cinco conferências (V, VI, VII, VIII e IX) nos anos de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013. Tais conferências marcam um novo processo de implementação, avaliação, consolidação e compreensão analítica da Política de Assistência Social.

Para a elaboração deste produto foram utilizados, como fontes de informações, os documentos disponibilizados pelo CNAS, tais como: os anais das Conferências Nacionais de Assistência Social (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX); relatório analítico referente aos dados que identificam e caracterizam as conferências e suas deliberações e o documento intitulado SUAS - Plano 10.

2.1.Bloco I –Conferências Nacionais I, II, III e IV.

Como indicado anteriormente, a análise neste bloco será realizada na perspectiva dos aspectos metodológicos para cada uma das conferências acima mencionadas.

2.1.1. I Conferência Nacional de Assistência Social - 1995

A I Conferência Nacional de Assistência Social teve como **tema geral**, “O Sistema descentralizado e participativo – financiamento e relação público/privado na prestação de serviços da Assistência Social”. O **objetivo principal** foi avaliar a situação e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social no Brasil.

No que concerne ao **padrão de participação**, o relatório da I Conferência Nacional apresentou os seguintes dados referentes aos participantes: 1069 participantes, divididos em categorias que compunham 689 delegados, 193 observadores credenciados, 76 convidados e 111 ouvintes.

Em relação ao **formato** da Conferência em análise, a dinâmica para o desenvolvimento do tema, consistiu na definição de três subtemas: 1) Sistema descentralizado e participativo da assistência social; 2) Financiamento da assistência social; e 3) A relação público-privado na prestação de serviços da assistência social. E para a organização dos debates propostos nessa I Conferência Nacional, os subtemas foram dispostos em 13 grupos de discussão, sob a coordenação de 13 técnicos de referência e pesquisadores da política de assistência social. Cada grupo recebeu uma síntese do subtema para nortear as discussões e subsidiar os debates, como consta no Relatório.

Síntese das discussões da I Conferência Nacional de Assistência Social

Em relação ao subtema **Sistema descentralizado e participativo da Assistência Social** destacou-se o reconhecimento da descentralização como

fundamental nas estratégias de desenvolvimento da política, especificamente pela sua relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Nesse sentido, entendeu-se que a descentralização representava o caminho para levar os serviços e os benefícios socioassistenciais aos cidadãos. É no município o local da ação do governo e a execução do controle social, este realizado mediante a participação da sociedade civil, entre os usuários, trabalhadores, entidades e movimentos sociais.

Alguns temas foram elencados no relatório, como prioridades, a saber:

1. **Controle social no âmbito da assistência social** – aspectos de fragilidade no controle social; a relação contraditória manifesta entre estado e sociedade, entre público e privado; ausência de visibilidade da política de assistência social.
2. **Reordenamento da política de assistência social** – deve ocorrer pelo conjunto das políticas sociais; ações de assistência e de proteção; gestões intersetoriais de enfrentamento à pobreza.
3. **Processos de descentralização** – prioridades para a viabilização dos instrumentos operacionais, capacitação de recursos humanos, estabelecimento de parcerias, procedimentos e normas, assessoria técnica e financeira.

Em relação ao **financiamento da assistência social**, o relatório ressalta que a tendência do gasto social é influenciada por alguns fatores, dentre eles: a descentralização; a abertura democrática; a questão da crise fiscal; as transferências constitucionais; a economia política com a redução do clientelismo; a autonomia administrativa e autonomia fiscal, resultando em maior receita própria e mais transferências federais.

Como ponto principal retomou-se à questão da descentralização: 1) as ações ficam mais próximas da população; 2) maior controle social; 3) a

heterogeneidade da “clientela” exige ações diferenciadas; 4) contempla maior compromisso dos orçamentos e a correspondente definição de prioridades; e 5) possibilita a redução do gasto e encargos do Governo Federal, dada à simplificação da estrutura administrativa.

No que tange à **relação público/privado na assistência social**, o tema foi abordado, principalmente em função da histórica relação existente com as entidades assistenciais. Assim, ressaltou-se que as organizações da sociedade civil não têm o papel de substituir o Estado, mas exercem ações importantes como complementar, controlar, pressionar e propor ações ao Estado, no campo da assistência social. Nesse sentido, ressaltou-se que a relação entre Estado e o cidadão não é conflitante, mas se integram na formulação, execução e avaliação da política social. Essa relação deve posicionar-se no âmbito da colaboração e não de subordinação das organizações civis ao Estado. Nesse debate, indicou-se também a necessidade de reformas nas regulamentações e, ainda, mudanças no campo da compreensão e da cultura tradicional no que tange à figura do Estado, agora, como um grande provedor.

O relatório da I Conferência Nacional apontou também, como perspectivas, os conteúdos constantes da LOAS, favorecendo as mudanças requeridas nos debates, como: 1) efetivar mecanismos de cerceamento do clientelismo, tornando transparentes os mecanismos de acesso aos fundos públicos; 2) estabelecer qual o patamar de seguridade social capaz de eliminar riscos sociais; e 3) determinar a reforma do sistema institucional e gerencial da assistência social, promovendo a descentralização enquanto aumento da capacidade de decisão real.

Outras duas questões relevantes foram elencadas no relatório: 1) que a relação público/privado na assistência social, implica em que se fortaleça a relação intrasociedade civil, pela criação de redes de comunicação e informação, para combater a subserviência e acabar com os personalismos; e 2) a necessidade

de se reforçar a relação público/público, estabelecendo um comando único e uma única gestão para a assistência social, ao lado da transparência e hierarquização entre as ações nas três esferas de governo.

Como observação, diferentemente das demais apresentações, ressalta-se que não foi possível incluir aqui e analisar a programação da I Conferência Nacional de Assistência Social, devido de falta de informações da mesma, nos relatórios.

Síntese do conteúdo das deliberações da I Conferência Nacional de Assistência Social

Dado o caráter e objetivos de uma conferência de política pública, o processo de deliberação das propostas, reveste-se do momento mais instigante na participação da plenária. Neste caso, a I Conferência Nacional deliberou e aprovou 233 propostas a serem implementadas pelas três esferas de governo e seus órgãos gestores. A dinâmica de organização das propostas submetidas à deliberação dos delegados seguiu a mesma lógica de funcionamento dos debates das temáticas abordadas em todas as atividades realizadas no transcorrer da conferência e, principalmente, nos subgrupos. As breves sínteses das deliberações estão agrupadas abaixo, conforme a natureza das propostas:

A. Política Nacional de Assistência Social

Os conteúdos das deliberações nesse tópico apontam os primeiros debates para a organização da política de assistência social, divididos por temas: 1) Propostas que faziam uma crítica ao modelo vigente de assistência social baseado no Programa Comunidade Solidária² e nos Fundos de Solidariedade³, ressaltando a implantação do comando único preconizado na LOAS; 2) Propostas que indicavam a criação de projetos de enfrentamento da pobreza e a definição dos mínimos sociais, o estabelecimento da relação da política de assistência social com o sistema de garantia de direitos e demais políticas de direito. A criação de consórcios intermunicipais e atendimento diferenciado aos municípios com fronteiras internacionais. Geração de emprego e renda e um sistema de informação da Assistência Social; 3) Propostas referentes à discussão, elaboração e qualificação dos planos municipais de assistência social. A definição da atuação dos conselhos CNAS, CMAS e CEAS e a participação popular na elaboração dos projetos; e 4) Propostas que apresentavam demandas para serviços de atendimentos aos diferentes segmentos da assistência social - pessoas com deficiência, idosos, portadores de HIV, índios, homossexuais, famílias de presidiários, população de rua, migrante e itinerante, crianças de 0 a 6 anos, mulher vítima de violência, migrantes enfermos, prostituição infanto-juvenil e tratamento de dependentes químicos. Observa-se que vários termos denominando os sujeitos e usuários estão superados hoje.

² Trata-se de um programa nacional implantado pelo governo FHC que previa a adoção de uma metodologia que previa potencializar as práticas sociais dos municípios. Esse programa tem sua análise e crítica em grande número de estudos e documentos que avaliaram a política de assistência social desse período por substituir a obrigação do Estado em adotar uma política pública estatal. Era vinculado à Casa Civil.

³ Os Chamados Fundos de Solidariedade são estruturas paralelas de prestação de serviços e benefícios na área de assistência social vinculadas, em sua maioria, ao primeiro damismo.

B. Comando único, reordenamento e descentralização

Nesse tópico, as deliberações abarcaram propostas sobre: 1) O reordenamento da assistência social nas três esferas de governo; que as fundações existentes sejam assumidas pelos estados e municípios, garantindo equipe técnica para orientação de tal processo; comando único na assistência social e criação do Ministério da Assistência Social; descentralização nos atendimentos considerando as diferenças municipais; e 2) O papel do CNAS na elaboração de recomendações e orientações para implantação dos conselhos, a criação dos planos, fundos e as conferências com a participação da sociedade. Agilidade e fiscalização no reordenamento institucional.

C. Participação e controle social – Conselhos

Algumas deliberações nessa temática versaram sobre as seguintes propostas: 1) que as resoluções do CNAS buscassem articulação com outros conselhos na construção dos planos de assistência social. Parcerias para a operacionalização da política de assistência social via articulação com outros conselhos, participação popular e dos usuários na definição dos projetos. Deliberou-se, ainda, que o segmento da sociedade civil deveria eleito pela população organizada em suas entidades, movimentos sociais etc.; 2) Em relação ao controle social, indicou a criação de fóruns regionais, fóruns de dirigentes públicos municipais. Realização de seminários com Poder Legislativo para contribuir com o processo de descentralização da política de assistência social; e 3) Na relação com as entidades que se estabeleçam critérios construídos pelo CNAS e divulgados para o cadastramento das entidades assistenciais. E a criação de um banco de dados sobre os serviços socioassistenciais oferecidos pela rede privada e instituições.

D. Relação público-privado

As deliberações destacaram como principais propostas: 1) A ampliação de parceria entre governo e sociedade civil, explicitando as formas para cobertura dos serviços. O papel do Estado como articulador com a sociedade civil, tratamento igualitário com as entidades, apoio às organizações não governamentais com recursos financeiros e humanos. Alteração da Lei Federal 91 de 28 de agosto de 1935 que trata das regras que estabelecem as relações entre Estado e as entidades e organizações sociais. Discutir com as assembleias legislativas que para a concessão do título de utilidade pública, seja levado em conta parecer dos CEAS e DF; 2) Que o CNAS definisse diretrizes na relação público e privado, normatização das ações e prestações de serviços, critérios de certificação das entidades, normas dos registros, estabelecendo mecanismos de controle e avaliação, cadastramento das entidades no CNAS, CEAS e CMAS e o cronograma para cumprimento dos termos do convênio, assim como critérios técnicos.3) Capacitação dos recursos humanos e a existência de uma equipe multiprofissional.

E. Benefícios

Nesse tema, foram deliberadas propostas referentes ao BPC, tais como: 1) A vinculação ao salário mínimo, redução da idade para beneficiários, possibilidade de abranger outros grupos de beneficiários (pessoas com doenças terminais, doenças degenerativas, HIV, hemofílicos, autistas e incapacitados para o trabalho), acúmulo do benefício para outros membros da família; Revisão dos critérios para concessão dos benefícios; 2) Operacionalização do BPC acompanhada pelo CMAS. Descentralizar os postos do INSS para facilitar o acesso ao BPC; e 3) Alteração da LOAS, no artigo 2, inciso I, incluindo “proteção ao adulto sem vínculo familiar”.

F. Assessoria, Treinamento e Recursos Humanos

A natureza das propostas deliberadas versou sobre a necessidade de assessoramento aos executores de programas sociais, nas três esferas de governo, para a criação dos Conselhos, Planos e Fundos de Assistência Social, bem como o assessoramento do CNAS e SAS.

G. Divulgação

As deliberações trataram das seguintes propostas: 1) Divulgação das ações dos Conselhos de Assistência Social, da LOAS, do orçamento para os programas e entidades sociais; 2) Valorização da presença dos movimentos; e 3) Definição de mecanismos de atuação direta com os parlamentares em relação aos Fóruns e Conselhos de Assistência Social.

H. Relação com outras políticas

No rol das propostas apresentadas e deliberadas nesse tópico, constaram: 1) Necessidade da relação com outras políticas sociais no combate a pobreza e articulação com os conselhos de outras políticas. Atendimento a segmentos específicos em parceria com a saúde; 2) Deliberações que cobravam mudanças estruturais como a reforma agrária; e 3) A criação de campanhas educativas, que visavam ações articuladas com outras políticas para combate à mortalidade infantil, doenças infecto contagiosas, diminuição da DST, educação sexual, violência contra mulher, idoso, criança e adolescente em situação de risco, migrantes. Inclusão nos conteúdos curriculares sobre direitos constitucionais, como as leis do ECA, LOAS e SUS.

I. Recomendações para estados e municípios

As deliberações versaram sobre: 1) A estruturação de órgãos executores da política de assistência social em todos os municípios; 2) Orientações para a realização de fóruns, seminários para o processo de construção dos planos e fundos visando à participação da sociedade civil e dos movimentos populares; e

3) Participação do ente federado estado, na assessoria para diagnóstico e implantação dos conselhos e fundos e apoio financeiro aos municípios. Fortalecimento do controle social dos conselhos.

J. Financiamento

A maioria das deliberações referentes às propostas sobre financiamento apontou para: 1) A necessidade da implantação dos Fundos de assistência social em todas as esferas. Que as transferências de recursos federal, estaduais e municipais fossem por meio dos fundos, a partir de critérios e padronização de repasses via transferências mensais, cumprindo um rigoroso cronograma de repasses de recursos financeiros; 2) Que os repasses para as entidades assistenciais fossem realizados através da aprovação dos conselhos, assim como os repasses de emendas parlamentares e que tivessem a assistência social como comando único; 3) Elaboração de critérios para a partilha dos recursos para os municípios, considerando as características demográficas, indicadores de pobreza, oferta de serviços e participação popular; 4) Propostas para políticas específicas ou segmentos específicos; 5) Definição de um percentual de 5%, 9% e 10%, nos orçamentos, para a política de assistência social; e 6) Capacitação para conselheiros em relação ao orçamento e LOAS; discussão da LDO e LOA com ampla participação popular.

2.1.2. II Conferência Nacional de Assistência Social - 1997

A II Conferência Nacional de Assistência Social apresentou como **tema geral** "O Sistema descentralizado e participativo da Assistência Social – construindo a inclusão – universalizando direitos". Com o **objetivo principal**, buscou avaliar a situação e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo.

Nos anais da II Conferência Nacional, em relação ao **padrão de participação**, encontra-se o registro de que a representação se deu por 1002 participantes, sendo 752 delegados e 250 convidados.

A Conferência em análise teve como **formato** das atividades, a organização em subtemas e blocos, sendo constituídos 14 grupos de trabalho.

No que tange à **organização em blocos**, a configuração deu-se da seguinte maneira:

- I. Conjuntura e assistência social
- II. Avaliação da política de assistência social
- III. Sistema descentralizado e participativo – organizações e controle social
- IV. Orçamento e financiamento da assistência social nas três esferas de governo

Para subsidiar o debate de acordo com cada bloco, se definiu **subtemas** a partir de 5 eixos seguidos de tópicos para nortear as discussões. Tem-se a seguinte estruturação dos eixos e suas ementas:

Eixo 1 – construindo a inclusão: universalização do acesso aos direitos; a explicitação e ampliação da população alvo da LOAS; a perspectiva dos mínimos sociais; mecanismos e estratégias de inclusão.

Eixo 2 – construindo o sistema descentralizado: comando único; relação entre as três esferas e os papéis desempenhados pelos municípios, estados e o governo federal; fortalecimento da rede pública e privada de assistência social.

Eixo 3 – construindo a participação popular: protagonismo dos conselhos; papel dos fóruns; relação entre estado e sociedade civil; mecanismos de organização e representação social e a representatividade governamental nos conselhos.

Eixo 4 – construindo o financiamento e controle social na assistência social: a participação na elaboração do orçamento; a fiscalização da execução orçamentária; a participação das 3 esferas de governo no financiamento da assistência social; critérios de partilha e, a gestão e o controle dos fundos.

Eixo 5 – construindo as articulações da assistência social como política: a assistência social no âmbito da seguridade social; a concertação entre benefícios, serviços, programas e projetos; a articulação com as demais políticas setoriais e, padrões de atendimento.

Cabe ressaltar como inovação, em relação ao **formato** da II Conferência Nacional de Assistência Social, a realização do **Balanco das Conferências Estaduais de Assistência Social**, configurando assim, o início da articulação com os resultados das Conferências Estaduais, como subsídios para a formatação e base para as Conferências Nacionais.

Programação da II Conferência Nacional de Assistência Social - 1997

A programação de uma conferência é o reflexo do entendimento e leitura acerca do tema e suas demandas de reflexão e direção política. Em relação à programação da II Conferência Nacional de Assistência Social abaixo apresentada, destaca-se o significado das temáticas sobre concepção, avaliação, balanço, controle social e temas integradores, ressaltando o perfil e a participação de reconhecidos intelectuais e pesquisadores brasileiros.

Primeiro dia

Dia 09/12	09h / 20h	Credenciamento de delegados e convidados
	14h / 17h30	Votação do Regimento Interno
	19h	Abertura da II Conferência Nacional de Assistência Social
	20h	Construindo a inclusão e universalizando direitos Prof. Dr. José Paulo Netto e Profa. Dra. Potyara A. P. Pereira

Segundo dia

Dia 10/12	8h / 14h	Credenciamento de delegados, convidados e delegados suplentes
	8h	Balço das conferências estaduais de assistência social Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek
	09h	Painel: Avaliação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social- SAS/MPAS, CNAS, FONSEAS, CONGEMAS
	10h40	Debate
	12h	Almoço
	14h	Painel: A experiência dos conselhos no exercício do controle social Profa. Dra. Raquel Raichelis, CMAS BH, CEAS SC, CNAS
	15h20	Debates
	17h	Trabalho em grupo
	20h30	Mesa opcional: as relações entre o estatuto da criança e do adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social: propostas dos conselhos - Vicente de Paula Faleiros, Mario Volpi UNICEF, CNAS, CFESS, MNMMR

Terceiro dia

Dia 11/12	8h	Painel: A política pública de Assistência Social: caminhos de sua construção A garantia e a defesa dos direitos: o papel do Ministério
--------------	----	--

		<p>Público- representante do MP</p> <p>A política Nacional de Assistência Social - Alba M. P. C Abigail, SAS/MPAS</p> <p>A articulação entre benefícios, serviços, programas e projetos</p> <p>Beatriz A. Paiva - CFESS</p> <p>Os mínimos sociais - Aldaíza Sposati</p> <p>A questão do financiamento – Paulo Rocha - INESC</p>
	10h30	Debate
	12h	Almoço
	14h	Trabalho em grupo
		Noite de confraternização

Quarto dia

Dia 12/12	8h	Leitura, discussão, votação e aprovação do documento final da II Conferência Nacional de Assistência Social
	12h	Almoço
	14h	Continuação dos trabalhos
		Encerramento

Síntese do conteúdo das deliberações da II Conferência Nacional de Assistência Social

Em relação às deliberações aprovadas na II Conferência Nacional de Assistência Social, percebe-se uma nova formatação em relação à conferência anterior, principalmente no que diz respeito ao processo de organização e encaminhamentos das propostas. Conforme registrado nos anais da II Conferência, não só as **propostas** foram deliberadas pela plenária, mas

também as **estratégias, prazos e responsáveis pela implementação**. Nessa II Conferência Nacional, houve a deliberação e, conseqüente aprovação, de 177 propostas correspondentes aos 5 eixos já nominados e agora demonstrando abaixo, a síntese dos conteúdos das referidas propostas.

EIXO 1 – Construindo a inclusão social

As propostas concentraram-se em algumas questões: 1) alteração da LOAS especialmente do artigo 20; 2) implantação de serviços para pessoas com deficiência, ações de erradicação do trabalho infantil e o fortalecimento do atendimento familiar. Ações regionais em parceria com a saúde para atendimento aos dependentes químicos, pessoas com deficiência e população de rua; 3) cursos de capacitação para o mercado de trabalho; 4) articulação dos Conselhos com outros conselhos e CMDCA. Construção de diagnósticos para subsidiar indicadores, realização de seminários, articulação com os movimentos sociais e campanha para divulgar a LOAS, os serviços da assistência social e os direitos dos usuários; e 5) interface com a reforma agrária; 6) propostas específicas de acordo com as realidades.

EIXO 2 – Construindo o sistema descentralizado

As propostas relacionadas ao eixo 2 versaram sobre: 1) a descentralização da política de assistência social sob o comando único do Estado. O reordenamento institucional no diálogo com a LOAS nas três esferas de governo. Criação de órgão gestor e fundos nos municípios sob o controle dos conselhos. Descentralização de recursos humanos, financeiros, assessoramento técnico, capacitação da rede, concurso público; 2) a articulação da assistência social com as demais políticas e serviços regionalizados. Intercâmbio entre conselhos nacional, municipais, estaduais e gestores da política de assistência social e divulgações das ações dos respectivos conselhos. Mobilização dos usuários e participação na elaboração dos planos, programas e projetos. Eleição do

presidente dos conselhos nas plenárias e alternância entre governo e sociedade civil; e 3) o estabelecimento de critérios para os convênios com as entidades assistenciais, com a apresentação de relatórios anuais das atividades, aos conselhos. Transferência de recursos via fundos. Construção de diretrizes para a elaboração dos planos de assistência social e construção dos planos plurianuais de assistência social, além da elaboração da política de assistência social.

EIXO 3 – Construindo a participação popular

Entre as deliberações do eixo 3, destacaram-se: 1) fortalecimento e organização de fóruns de assistência social, organização representativa dos usuários e visibilidade no processo de eleição da sociedade civil. Criação de Frentes de defesa do financiamento. Divulgação dos movimentos dos fundos de assistência e o orçamento. Possibilitar a participação da população no processo de orçamento. Articulação dos planos de assistência social com a LDO; 2) propostas relacionadas aos repasses financeiros de acordo com a LOAS e fim das emendas parlamentares. Criação dos fundos da assistência social. Orçamento para a política de assistência social de 5%. Definição de critérios de partilha dos recursos estaduais para os municípios. Publicação dos recursos da assistência social, dos planos e programas. Outras formas de divulgação da LOAS; e 3) questões específicas, de acordo com as realidades.

EIXO 4 – Construindo o financiamento e o controle social na Assistência Social

As deliberações desse eixo referem-se às seguintes propostas: 1) repasses financeiros fundo a fundo e garantia de recursos orçamentários; 2) formas de captação de recursos para a assistência social; 3) propostas de divulgação das ações governamentais e capacitação sobre orçamentos; e 4) propostas específicas.

EIXO 5 – Construindo as articulações da Assistência Social

As deliberações relacionadas ao eixo 5 tratam das propostas que seguem: 1) articulação da política de assistência social com outras políticas. Criação de mecanismos para divulgação da LOAS, ECA e mobilização de gestores, usuários e trabalhadores. Realização das conferências de assistência social próximas à LDO, sendo amplamente divulgadas. Criação de plenárias nos municípios para estabelecer relação da política de assistência social com o Ministério Público; 2) elaboração do plano de capacitação permanente para parlamentares, conselheiros, entidades, usuários e profissionais; 4) criação de parâmetros de qualidade para os serviços das entidades assistenciais; e 5) extinção do Programa Comunidade Solidária.

2.1.3. III Conferência Nacional de Assistência Social - 2001

A III Conferência Nacional de Assistência Social teve como **tema geral** a “Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios”. O objetivo principal consistiu em avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema, considerando que já havia se passado 4 anos da II Conferência Nacional, em 1997.

Em relação ao **padrão de participação**, não foram localizadas nos registros de consulta, as informações referentes ao número de participantes na Conferência, bem como os segmentos de representação.

Cabe ressaltar que os documentos disponibilizados e conhecidos para a análise da III Conferência Nacional de Assistência Social, foram as Deliberações, a Portaria de Convocação da conferência e o Relatório geral de dados das Conferências Nacionais de Assistência Social. Assim, não foi possível apresentar os dados que identificam e caracterizam o perfil de participação que permitissem uma análise comparativa.

Como já mencionado, se faz importante lembrar que a conferência anterior, datou de 1997 e não 1999, como deveria ser de acordo com a LOAS, em relação à periodicidade das conferências, ou seja, de 2 em 2 anos. Por um decreto presidencial (prática esta que coaduna com a linha adotada na gestão liberal do governo FHC, com forte repercussão na Política de Assistência Social), as conferências ordinárias passaram a ser realizadas de 4 em 4 anos e não mais de 2 em 2 anos. Tal decisão foi contestada pela sociedade civil, conselhos, entidades, movimentos e segmentos da área e também por governos estaduais e municipais, com uma repercussão muito negativa em todo o país. Alguns estados e muitos municípios brasileiros inclusive realizaram suas III Conferências em 1999. O CNAS se obrigou a lidar com essa situação que gerou instabilidade em relação à própria condução dos trabalhos do Conselho, na defesa da Loas e sua implementação.

No que consiste ao **formato** das atividades da referida Conferência, este foi estruturado em **tema, subtemas e painéis** com a seguinte configuração:

Painel I - Avaliação do controle social nos oito anos da LOAS

Papel político dos conselhos; participação dos conselhos na elaboração dos planos de assistência social; ação dos conselhos no controle dos recursos; organização e funcionamento dos conselhos; atuação dos conselhos na regulamentação dos benefícios eventuais e continuados; participação dos usuários nos conselhos; fortalecimento dos fóruns de defesa da assistência social; articulação entre conselhos de assistência social e outros conselhos de direitos.

Painel II – evolução histórica do financiamento e consolidação dos fundos de assistência social

Fontes de financiamento e orçamento destinado para a assistência social; financiamento indireto via renúncia fiscal; critérios de partilha de recursos entre

benefícios, serviços, programas e projetos; cofinanciamento, funcionamento dos fundos, emendas parlamentares e outros temas.

Painel III – Os avanços e desafios na gestão da política de assistência social

Primazia do Estado na condução da política de assistência social; comando único em cada esfera de governo, autonomia nas esferas governamentais; recursos humanos; elaboração do plano de assistência social; articulação entre as políticas sociais, monitoramento e avaliação da política de assistência social; outros temas.

Síntese do conteúdo das deliberações da III Conferência Nacional de Assistência Social

No que concerne às **deliberações**, observa-se nos documentos disponibilizados referentes à III Conferência Nacional, que as propostas foram classificadas pela natureza das temáticas vinculadas aos painéis e devendo apresentar para cada proposta, os responsáveis por sua implementação.

PAINEL I – Avaliação do controle social nos oito anos da LOAS

As deliberações do painel em destaque, ressaltaram: 1) o papel político dos conselhos (plano nacional de capacitação continuada, publicização de metas, ações, parcerias com outros conselhos e conselhos de direitos, ações regionalizadas, articulação com o ministério público, divulgação dos resultados). Participação dos conselhos na elaboração dos planos de assistência social (diagnóstico para construção dos planos, articulação com o PPA, LDO, LOA. Ação dos conselhos no controle de recursos (fóruns para discussões referentes ao orçamento). Organização e funcionamento dos conselhos (reuniões entre os conselhos CNAS, CEAS e CEMAS, infraestrutura, recursos humanos, autonomia da sociedade civil nos processos eleitorais). Atuação dos

conselhos na regulamentação dos benefícios eventuais e continuados (BPC). Ação dos conselhos no controle de recursos (discussão sobre orçamento e criação de fóruns para discutir o orçamento, BPC, manter o conceito de família da LOAS, divulgação das informações pactuadas na CIB e CIT); e 2) participação dos usuários nos conselhos, fortalecimento dos fóruns de defesa da assistência social (fóruns, casa dos conselhos) e articulação entre conselhos de assistência social e outros conselhos de direitos.

PAINEL II – Evolução histórica do financiamento e consolidação dos fundos da assistência social

Nesse tópico as deliberações incluíram propostas que versaram sobre: 1) as fontes de financiamento e orçamento destinado à política de assistência social (definição de 5% orçamento da assistência social, outras fontes de financiamento). Financiamento indireto via renúncia fiscal (critérios, transferência via fundos, definição de pisos); 2) critérios de partilha de recursos entre benefícios, serviços, programas e projetos; 3) Cofinanciamento, funcionamento dos fundos e emendas parlamentares; e 4) outros temas específicos.

PAINEL III – Os avanços e desafios na gestão da política de Assistência Social

As deliberações no painel III trataram das seguintes propostas: 1) a primazia do Estado na condução da política de assistência social, destacando que os recursos dos fundos de assistência social estivessem atrelados aos planos de assistência social. Política para o segmento dos migrantes, itinerantes, egressos, com financiamento nas três esferas de governo; 2) respeito ao comando único da assistência social. Extinção do Programa Comunidade Solidária. Fortalecimento para criação de consórcios municipais e reordenamento dos órgãos gestores; 3) garantir recursos humanos em cargos

efetivos e equipes multidisciplinares; 4) fóruns de formação e capacitação articulada à capacitação nacional de recursos humanos de caráter continuado; 5) em relação à elaboração dos planos de assistência social buscou-se a discussão sobre os mínimos sociais e a revisão do Índice de Desenvolvimento Humano. Desenvolver o orçamento participativo como metodologia de planejamento na elaboração dos planos. Produção de diagnósticos; 5) criar procedimentos para a transição da educação infantil para a política de Educação, que está no campo da articulação entre as políticas sociais; e 6) monitoramento e avaliação da política de assistência social estendendo à população rural, programas que incentivem sua permanência no campo via projetos de sustentabilidade.

2.1.4. IV Conferência Nacional de Assistência Social - 2003

Reconhecida como um marco histórico da Política de Assistência Social brasileira, a IV Conferência Nacional de Assistência Social teve como **tema geral** a “Assistência Social como política de inclusão: uma nova agenda para a cidadania – LOAS 10 anos”. Como **objetivo principal** destacou avaliar a situação atual da assistência social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, discutir os 10 anos da LOAS, representou o resultado do processo de evolução e amadurecimento da assistência social enquanto política pública, além da oportunidade de realização de uma avaliação coletiva, baseada em estudos e pesquisas, nas experiências locais, estaduais e nacional, envolvendo aspectos políticos, institucionais e de gestão. Um novo tempo que viria!

Nos anais da Conferência em análise, no que concerne ao **padrão de participação**, os registros especificam o número de participantes e os segmentos representados. O número total de participantes na IV Conferência foi de 1053 pessoas. Como delegados, participaram 817 pessoas, sendo 377 representantes governamentais, 425 representantes da sociedade civil e 15

Conselheiros Nacionais de Assistência Social. Os convidados totalizaram 218 pessoas, sendo 92 vinculados ao governo, 47 representantes da sociedade civil, 15 servidores do CNAS, 17 funcionários do Ministério da Assistência Social, 12 palestrantes e 35 relatores. Cabe ressaltar que, de acordo com os anais da IV Conferência, estimou-se a participação nas conferências estaduais e municipais em cerca de 30 mil pessoas.

Em relação ao **formato** da IV Conferência Nacional de Assistência Social, as atividades foram definidas e organizadas a partir do **tema geral**, estabelecendo-se os **subtemas** e uma dinâmica para a discussão e aprofundamento dos debates, em **painéis e grupos de trabalho**. No intuito de oportunizar uma visão de totalidade das realidades da assistência social no Brasil e conhecer mais de perto os resultados produzidos pelas conferências estaduais, optou-se por utilizar uma metodologia de sistematização das conferências estaduais, como processo preparatório à Nacional, resultando num documento intitulado “Consolidado das Deliberações das Conferências Estaduais”. Decidiu-se ainda por oportunizar o conhecimento dos resultados de uma pesquisa na área, intitulada: Pesquisa LOAS 10. Tais decisões e produções subsidiaram qualitativamente os debates e serviram de referência e orientação aos grupos de trabalho.

Em relação aos subtemas, os conteúdos foram tratados em cada painel com questões para reflexão e a partir das experiências vivenciadas e foram assim sistematizados:

Painel I - Assistência social: conceber a política para realizar o direito

Objetivos da Assistência Social - inclusão, caráter emancipatório das ações, etc.; conjunto de necessidades/garantias de responsabilidades da Assistência Social; universalidade, focalização e seletividade dos benefícios, serviços, programas e projetos de Assistência Social - avaliar e estabelecer abrangência e

eficácia; usuários da Assistência Social: direitos de quem e para quem (definir usuários); política pública de Assistência Social e filantropia: há conciliação possível no estabelecimento de direitos e deveres? Diferenciar filantropia e assistência social, além de definir entidades de Assistência Social.

Painel II - Gestão e organização – planejar localmente para descentralizar e democratizar o direito

Assistência social como política específica e como política transversal às outras políticas sociais: como vencer os desafios para estabelecer articulação e remover os entraves ao comando único?; Fortalecimento do Poder Local: como formular e definir benefícios, programas e serviços relacionados às necessidades locais e não depender exclusivamente das definições nacionais?; Implementação da Política de Assistência Social: responsabilidade do Estado na sua execução x terceirização; Que indicadores e dados devem ser considerados para monitorar e avaliar a eficiência e eficácia dos planos de Assistência Social?; Quais devem ser as estratégias para se criar um sistema nacional e/ou local de capacitação continuada para trabalhadores da área?; Como está a relação/articulação dos gestores entre si, a relação dos gestores com as entidades de Assistência Social e a relação dos gestores com os conselhos?

Painel III - Financiamento – assegurar recursos para garantir a política

O Fundo contempla o recurso relativo às ações de Assistência Social?; De que forma se dá a gestão do fundo no que se refere à transparência e controle; como fazer do financiamento um mecanismo de redistribuição equitativa de recursos? Que parâmetros devem ser considerados para o cofinanciamento entre as esferas governamentais?; Como estabelecer correspondência entre a magnitude do gasto e as necessidades identificadas no Plano? Como e quais critérios de prioridade devem ser estabelecidos?; Como assegurar recursos no

orçamento público da Assistência Social? De onde captar o recurso? Que estratégias e articulações políticas devem ser buscadas?; Como potencializar outras formas de captação de recursos e como avaliar o impacto da aplicação desses recursos no âmbito da Política de Assistência Social?; Como avaliar e exercer controle social sobre o financiamento do público indireto às entidades privadas, via subsídio e isenções?; Como garantir a participação dos vários agentes, principalmente dos usuários, no processo de discussão, elaboração e aprovação do orçamento?; Que indicadores e dados devem ser considerados para monitorar e avaliar a execução orçamentária?.

Painel IV - Mobilização e participação como estratégia para fortalecer o controle social

O Conselho tem cumprido seu papel quanto ao controle social? Tem se constituído um espaço de participação, de formulação, normatização, deliberação, inscrição e fiscalização das entidades e ações na área da Assistência Social?; Como demonstrar a importância dos Conselhos, de modo a assegurar as condições materiais e financeiras necessárias ao seu funcionamento e atribuir-lhe respeitabilidade perante os órgãos públicos e a sociedade?; Como fomentar a mobilização da sociedade civil em defesa da Assistência Social, com a organização de usuários, fórum de Assistência Social, conferências, eventos e campanhas?; Como monitorar e avaliar o processo de organização, realização e implementação das deliberações das conferências?; Como acompanhar e avaliar as ações da Assistência Social implementadas?

Nos anais da IV Conferência Nacional, como já mencionado, identifica-se a utilização de um novo **formato** na organização dos trabalhos de grupo, tendo em vista as discussões dos temas em pauta. O Relatório do “**Consolidado das Conferências Estaduais**” norteou a discussão em todos os painéis e grupos. Aplicou-se ainda um novo procedimento em relação ao processo de sistematização das propostas vindas dos estados, para efeito de discussão e

deliberação na Plenária Final, estabelecendo-se critérios de prioridades para a aprovação das propostas, processo esse, definido pelo regimento da IV Conferência Nacional. Nesse sentido, foram recebidas dos estados 1524 propostas alocadas em 4 subtemas que, após resultado da priorização, no decorrer das **deliberações** da edição Nacional, foram condensadas em 99 propostas aprovadas, com o compromisso de direcioná-las a quem de direito.

Observou-se que tal decisão de encaminhamento das propostas, aprovada coletivamente, expressa a expectativa de serem implementadas as deliberações de cada Conferência Nacional e assumidas pelo conjunto dos entes e instâncias responsáveis pela implementação da política de assistência social. Aí está precisamente o valor e legitimidade dos processos de participação e controle social.

Programação da IV Conferência Nacional de Assistência Social

Ainda como elemento constitutivo do **formato** da IV Conferência Nacional de Assistência Social, visando o cumprimento de seus objetivos, destaca-se a **programação**, resultado de intenso processo de preparação e inúmeras discussões acerca das melhores estratégias, atividades, perfil dos palestrantes, dinâmica dos debates e do momento das deliberações, sempre um novo salto para a próxima Conferência Nacional. Assim, a programação descrita abaixo indica concretamente as escolhas políticas, os consensos possíveis, bem como a explicitação do momento em que se encontrava a política de assistência social brasileira, do ponto de vista dos temas em debate e das produções e resultados alcançados. E essa programação consubstancia os caminhos trilhados na implantação da LOAS, a decisão de prosseguir e perseguir a implantação de um sistema descentralizado e participativo, a disposição de investigar e conhecer os avanços e percalços desse projeto, a visão de articulação entre áreas correlatas e a oportunidade de compartilhar as realidades e experiências de gestão e controle social em 10 anos de LOAS. Aparecem como marcos históricos, a

realização de uma Sessão Especial da Câmara dos Deputados em homenagem aos 10 anos da LOAS e a própria Conferência de abertura, dando direção técnica e política ao momento desse encontro e explicitando os significados da trajetória da política de assistência social nos 10 anos de LOAS, tratada como a “Menina LOAS”.

Primeiro Dia

Dia 07/12	12h	Credenciamento de delegados e convidados
	16h	Abertura dos trabalhos e apresentação da programação da IV Conferência Nacional de Assistência Social
	16h30 / 17h30	Discussão e aprovação do Regimento Interno
	19h	Solenidade de Abertura
	20h	Conferência de Abertura: Assistência Social como política de inclusão: uma nova agenda para a cidadania – LOAS 10 anos Profª. Dra. Aldaíza Sposati – PUC/SP

Segundo dia

Dia 08/12	8h / 10h	Painel I: Assistência Social: conceber a política para realizar o direito 1 - Pesquisa LOAS – 10 - Profª. Dra. Ivanete Boschetti - UNB 2- Balanço das Conferências Estaduais Profª. Dra. Carmelita Yazbeck- PUC/SP
	10h	Discussão
	10h30 / 12h30	Painel II – Gestão e organização – planejar localmente para descentralizar e democratizar o

		<p>direito</p> <p>1 - Pesquisa LOAS – 10 Profa. Dra. Ivanete Boschetti- UNB</p> <p>Balanco das conferências estaduais de assistência social Nelma de Azeredo – MAS</p> <p>Rosilene Rocha – Secretária Municipal de Belo Horizonte MG</p> <p>Eloísa Berro – Secretária Estadual do MS</p> <p>Prof. Edival Campos – Unama PA</p>
	13h	Discussão
	13h30	Almoço
	15h	Grupos de Trabalho – Painéis I e II
	17h	Intervalo
	17h10	Retorno para os grupos de trabalho

Terceiro dia

Dia 09/12	8h	Leitura, discussão, votação e aprovação do documento final dos painéis I e II
	10h	Sessão solene da Câmara dos Deputados - LOAS 10
	12h30	Almoço
	14h	<p>Painel III – Financiamento – assegurar recursos para garantir a política</p> <p>1 - Pesquisa LOAS – 10 Profa. Dra. Ivanete Boschetti - UNB</p> <p>2 - Balanco das conferências estaduais de assistência social</p> <p>Profa Dra Beatriz Paiva – UFSC</p> <p>Augusto Valente – MAS</p> <p>Sérgio Miranda – Deputado Federal</p>

		Élvio Gaspar – MPOG
	16h30	Discussão
	17h	Intervalo
	17h30	<p>Painel IV: Mobilização e participação como estratégia para fortalecer o controle social</p> <p>1 - Pesquisa LOAS – 10 Profa. Dra. Ivanete Boschetti -UNB</p> <p>2 - Balanço das conferências estaduais de assistência social</p> <p>Representante dos usuários</p> <p>Djanyce Mendonça – Fórum Nacional da Assistência Social</p> <p>Dr Marcos Fowler – Ministério Público</p> <p>César Alvarez – Secretaria Geral da Presidência da República</p> <p>Profª Valdete Martins - CNAS</p>
	20h30	Discussão

Quarto dia

Dia 10	8h30	Grupos de trabalho – painéis III e IV
	12h30	Almoço
	12h45	Trabalho de relatoria
	16h	Leitura, discussão, votação e aprovação do documento final dos painéis III e IV
	17h30	Intervalo
	17h45	Retorno à leitura, discussão, votação e aprovação do documento final dos painéis III e IV
	20h30	Encerramento

Síntese do conteúdo das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social

Os anais também registram como uma inovação da IV Conferência Nacional, a escolha e definição de propostas prioritárias, no momento do processo de deliberação, o que nesta conferência, totalizou apenas 37 propostas aprovadas, reiterando-se o compromisso com o cumprimento das mesmas em todas as esferas, de acordo com as suas competências.

Torna-se imperativo registrar aqui, a par de tantas outras importantes propostas, a maior e mais importante das deliberações nesses 20 anos de realização de Conferências Nacionais. Pela primeira vez, os participantes de uma conferência nacional aprovam e definem a estratégia do sistema descentralizado e participativo da assistência social, deliberando pela implantação do SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO Brasil - o SUAS. Uma história de aplicação do direito social apenas iniciada.

Painel I – Assistência Social: conceber a política para realizar o direito

No painel em destaque as propostas versaram sobre: 1) definição de diretrizes pelo CNAS, referente à regulamentação dos conselhos e benefícios eventuais; 2) criação de secretarias de assistência social; 3) critérios para o BPC; 4) padrão básico para os serviços subsidiados por diagnósticos, IDH, planos, programas com centralidade na família, priorizando as condições de vulnerabilidade, desvantagem pessoal e articulação com as demais políticas; 5) definição do segmento dos trabalhadores da área social; revisar a LOAS para ampliação do acesso aos usuários; plano nacional de transferência de renda.

Painel II – Gestão e organização: planejar localmente para descentralizar e democratizar o direito

Em relação ao segundo painel, as deliberações apresentadas destacaram: 1) o comando único da assistência social via órgãos gestores da assistência social e a transferência de recursos via fundo a fundo; 2) política nacional e o SUAS para 2004; 3) infraestrutura, recursos humanos, equipes multiprofissionais, Planos de Cargos Carreira e Salários (PCCS), plano nacional de capacitação continuada; intersetorialidade, ações integradas para qualificação socioprofissional; 4) descentralização das políticas e transferência de recursos via fundos, planos de monitoramento; planos de proteção social.

Painel III – Financiamento: assegurar recursos para garantir a política

No painel III destacaram-se deliberações referentes à: 1) definição do percentual da assistência para 5% e até 2010 para 10%, desvinculação da DRU; 2) implantação do SUAS nas três esferas de governo; 3) emendas parlamentares destinadas via fundos de assistência; definição de critérios de partilha dos recursos; 4) que as deliberações das conferências dialoguem com o PPA, LDO e LOA. Ampliação do valor per capita para os serviços; recursos do PBF sejam vinculados ao fundo da assistência social. Reordenamento dos recursos dos benefícios eventuais nos serviços do SUAS.

Painel IV – Mobilização e participação como estratégia para fortalecer o controle social

As propostas elencaram: 1) infraestrutura para funcionamento dos conselhos; fortalecer a criação de fóruns da assistência social, trabalhadores, usuários e demais políticas. Eleição dos conselheiros da sociedade civil. participação do Ministério Público no cumprimento da LOAS; 2) política de segurança alimentar; 3) convocação das conferências ordinárias a cada 2 anos; 4) intersetorialidade; normatização das entidades filantrópicas via CNAS.

Considerando o contexto histórico e as condições políticas de realização dessas primeiras quatro conferências nacionais analisadas no Bloco I, denota-se um grande reconhecimento dos avanços alcançados por parte de todos os atores envolvidos, já nesse curto espaço de tempo, incluindo-se gestores, conselheiros, entidades, técnicos, profissionais e intelectuais dedicados à construção da assistência social como política pública. Um terreno onde todos os elementos que compõem a estrutura de uma política de estado, tinha que ser preparado a muitas mãos para produzir os resultados esperados.

É possível observar que cada conferência, ao ser planejada e realizada, mesmo com base em objetivos comuns e enquanto espaços coletivos de participação e deliberação, demarca claramente suas particularidades, desempenho e resultados. Sobretudo neste contexto em que se analisa a primeira conferência, no qual tudo é novidade e há muita expectativa, duas outras intermediárias, que cumprem o papel de dar continuidade aos debates e processos avaliativos iniciais e, por fim, a conferência que se torna o marco histórico nesses 20 anos de Loas, quando delibera pela implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Em se tratando de uma análise comparativa das metodologias adotadas nas conferências, o que as diferenciam são muito mais os aspectos conjunturais e políticos nas decisões, condução, investimentos e compromisso de realização, do que propriamente o processo de organização, definição do formato, critérios e perfil dos participantes, programação, conteúdos e as deliberações. De algum modo, todas as conferências seguiram um caminho de organização e estrutura mínimas, lembrando que nesse período, o Brasil já acumulava certa experiência na realização delas.

Ressalta-se também que a cada conferência realizada, os temas, subtemas e propostas ganham graus de complexidade mais elevados, identificando as demandas e investimentos a serem feitos, assim como a contextualização e

compreensão dos conceitos gerados no campo da seguridade social brasileira e particularmente da assistência social. Percebe-se, ainda, um movimento ascendente de mobilização, engajamento e busca de capacitação nos temas requeridos para tornar a assistência social, uma política pública efetiva e universal.

2.2. Bloco II –Conferências Nacionais V, VI, VII, VIII e IX

Da mesma forma do Bloco I, a análise das conferências acima mencionadas será realizada na perspectiva dos aspectos metodológicos que as caracterizaram.

2.2.1 - V Conferência Nacional de Assistência Social - 2005

A V Conferência Nacional de Assistência Social apresentou como **tema geral**: "SUAS PLANO 10: estratégias e metas para implementação da política nacional de assistência social". Como **objetivo** principal da V Conferência, a construção do Plano Decenal, SUAS -PLANO 10.

Os documentos utilizados para a análise da referida Conferência foram: os anais da V Conferência Nacional de Assistência Social, a síntese da V Conferência, o relatório das oficinas temáticas e o relatório das deliberações.

Nos documentos analisados referentes ao **padrão de participação** na V Conferência Nacional, o total de participantes foi de 1554 pessoas, entre delegados, observadores, convidados, expositores, painelistas, debatedores, facilitadores, intérprete de libras, equipe de relatoria, relatores de grupos e de oficinas, agentes culturais, acompanhantes e integrantes da equipe de apoio.

Identificou-se que a participação de delegados totalizou 954 pessoas e desse total, 466 no segmento dos representantes governamentais, 285 no segmento de entidades, 76 representando os trabalhadores do SUAS e 126 usuários da política de assistência social. Também participaram 96 convidados, 332 observadores, 02 painelistas, 04 debatedores, 60 expositores de oficinas, 26 relatores, 11 relatores de oficinas, 03 auxiliares em braile, 35 como equipe de apoio, 19 do grupo cultural, 05 intérpretes de libras, 06 acompanhantes e 01 facilitador.

No que tange ao **formato** da V Conferência Nacional, ressalta-se que foi organizada em **temas e subtemas**, em conformidade com o novo momento de implementação do SUAS, exigindo sempre um olhar avaliativo e prospectivo, buscando definir os instrumentos de gestão e controle social, além do aprofundamento das concepções e compromissos em torno da política e de sua prática. Tal contexto pode ser identificado pelas **estratégias e metas construídas para a implementação da política nacional de assistência social**:

- a) Compromissos éticos com os direitos socioassistenciais;
- b) Metas da gestão do SUAS;
- c) Metas da gestão de recursos humanos;
- d) Metas de financiamento;
- e) Os 10 direitos socioassistenciais;
- f) Metas de controle social.

Em relação às Conferências anteriores, a V Conferência Nacional apresentou algumas inovações metodológicas em seu **formato**, especificamente na estruturação dos painéis, a partir de um tema mais geral que se desdobrou em outros três. **O Painel: Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS**, norteou os debates dos subtemas elencados, apresentando dados das conferências municipais e estaduais, assim nominados: **Painel 1 – Os direitos socioassistenciais e o controle social; Painel 2 – Política de recursos humanos e; Painel 3 – Funcionamento e apoio de gestão.**

A construção dos painéis, que norteou a avaliação da política de assistência social, foi resultado de uma pesquisa realizada pelo NEPSAS (Núcleo de Estudos da Seguridade e Assistência Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP). Foi solicitado, aos municípios e estados, um conjunto de informações referentes à política de Assistência Social. Tais informações

agrupadas num primeiro documento referiam-se à situação dos municípios e estados sobre como estava organizada a gestão da assistência social. O segundo documento tratava das deliberações das conferências e o terceiro documento compunha as informações e fotos solicitadas aos estados e municípios, para que enviassem álbum de fotografias sobre os vários aspectos da realidade e gestão da assistência social.

Os dados enviados pelos estados e municípios compuseram uma síntese que foi apresentada nos painéis. O número de municípios que enviaram os álbuns totalizou 1274. Apenas 4 estados não enviaram as fotografias. Foi essa a configuração das principais atividades e que balizou os debates da V Conferência Nacional de Assistência Social, tendo em vista a construção de um Plano Decenal, com base na realidade vivida no país.

Programação da V Conferência Nacional de Assistência Social

Primeiro dia

Dia 05/12	12h	Credenciamento
	16h	Abertura dos Trabalhos e Apresentação da Programação da V Conferência Nacional Márcia Maria Biondi Pinheiro - Presidente do CNAS Dalila Maria Pedrini - Vice-Presidente do CNAS
	16h15 / 17h30	Regimento interno
	18h	Solenidade de abertura Presidência da República, Presidência do Senado Federal, Presidência da Câmara dos Deputados; Presidência do Supremo Tribunal Federal; Procuradoria Geral da República Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretário Nacional de Assistência Social; Presidente

		do Conselho Nacional de Assistência Social; Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social; Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; Fórum Nacional de Assistência Social; Representante de Usuários da Política de Assistência Social; Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social; Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social.
	20h	Conferência de Abertura SUAS: Conquista da Proteção Social no Brasil Patrus Ananias de Souza – MDS Coordenador da Mesa: Carlos Ajur Cardoso Costa – Conselheiro do CNAS
		20h00 Jantar

Segundo dia

Dia 06/12	8h / 10h10	Painel I FOTOGRAFIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NA PERSPECTIVA DO SUAS: os Direitos Socioassistenciais e o Controle Social - Aldáza Sposati – PUC/SP Os Direitos Socioassistenciais Debatedor: José Antonio Moroni - INESC O Controle Social Debatedores: Dalila Maria Pedrini – Vice-Presidente do CNAS, Edjael Muniz de Castro - Representante dos Usuários da Política de Assistência Social
--------------	------------	--

	10h10	Discussão
	12h	Almoço
	14h	Grupos de trabalho do Painel I
	17h30	Intervalo
	18h	<p>PAINEL II -FOTOGRAFIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NA PERSPECTIVA DO SUAS: Política de Recursos Humanos</p> <p>Maria Carmelita Yazbeck – PUC/SP</p> <p>A Política de Recursos Humanos na Assistência Social</p> <p>Debatedores: Márcia Helena Carvalho Lopes – Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</p> <p>Representante do Fórum Nacional de Assistência Social.</p>
	19h30	Discussão
	20h	Jantar

Terceiro dia

	8h	<p>PAINEL III - FOTOGRAFIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NA PERSPECTIVA DO SUAS: O Financiamento e o Campo da Gestão - Aldaíza Sposati – PUC/SP</p> <p>O Financiamento - Ivanete Boschetti – UNB/DF</p> <p>O Campo da Gestão - Osvaldo Russo – Secretário Nacional de Assistência Social</p>
Dia	10h30	Discussão
07/12	12h	Almoço

14h	Grupos de trabalho dos Painéis II e III
17h30	Intervalo
18h	Oficinas
20h	Coquetel Solenidade em comemoração ao aniversário da LOAS e ao "Dia Nacional da Assistência Social".

Quarto dia

Dia 08	8h	Plenária Final LEITURA, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO DOCUMENTO DE DELIBERAÇÃO DOS PAINÉIS I e II
	12h	Almoço
	14h	LEITURA, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO DOCUMENTO DE DELIBERAÇÃO DO PAINEL III
	17h	Intervalo
	17h30	Retorno a Plenária de Deliberação
	18h	SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretário Nacional de Assistência Social, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Conselheiros Nacionais de Assistência Social, Fórum Nacional de Assistência Social, Representante de Usuários da Política de Assistência Social, Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social.

Síntese do conteúdo das deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social

Em relação aos conteúdos e discussão das propostas, observou-se que as deliberações foram encaminhadas de acordo com os subtemas elencados na referida conferência e a aprovação das mesmas deu-se nas plenárias referentes a cada painel. Observou-se também que cada proposta da V Conferência apresentou as estratégias e metas para a implementação da Política de Assistência Social no Brasil, indicando o período de implementação⁴.

A. Compromissos éticos com os direitos socioassistenciais

As propostas nesse tópico destacaram a Assistência Social como: 1) uma política pública. Os serviços dessa política devem romper com o favor e a benesse através de estratégias de territorialização dos serviços como CRAS e CREAS, acompanhamento individualizado e respeito à diversidade cultural, assegurando direitos de cidadania, gestão democrática e descentralizada; 2) assistência social operada em completude de acesso as atenções estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 com serviços, projetos, benefícios e programas como uma rede de proteção social universal. Política de ação preventiva deve resgatar o vínculo familiar como núcleo básico de atenção cotidiana aos indivíduos; 3) assistência social deve ser operada por uma rede de serviços, benefícios, programas e projetos em completude com outras política sociais; e 4) geração de novas possibilidades de trabalho, renda e sustento.

⁴ Esses prazos e entes responsáveis eram identificados utilizando-se as iniciais a exemplo de: M, E, U, DF = Município, Estado, União, Distrito Federal. - C = Curto Prazo; M = Médio Prazo; L = Longo Prazo

B. Metas da Gestão do SUAS

As deliberações apresentaram: 1) construção de um sistema informatizado com índices territorializados de vulnerabilidades e riscos sociais sobre as famílias. Construção do plano decenal. Elaboração de referenciais de qualidade para os serviços e implantação de serviços para as diferentes situações (PETI, situação de rua, idoso etc.); serviços da proteção especial regionalizados; 2) aperfeiçoamento de mecanismos de gestão e avaliação do SUAS nas três esferas de governo. Ampliação da capacidade de gestão dos estados e municípios; 3) rever regulamentação do BPC; e 4) parcerias com entidades. Intersetorialidade com as demais políticas públicas.

C. Metas da Gestão de Recursos humanos

As deliberações nesse item tiveram como propostas: 1) implantação da capacitação continuada para todos os trabalhadores e usuários, referente à política de assistência social. Política de recursos humanos via elaboração de uma NOB específica. Ampliação profissional do Serviço Social e áreas afins mediante concurso público; e 2) garantia de infraestrutura. Recursos transferidos aos municípios possam cofinanciar o pagamento de salário dos funcionários efetivos.

D. Metas de financiamento

Nesse tópico as deliberações versaram sobre: 1) definir pisos de proteção social compatíveis com os custos dos serviços. Fixar percentual de destinação orçamentária. Ajustar anualmente os valores estabelecidos para os pisos de proteção social. Cofinanciar a implantação de CRAS e CREAS e serviços continuados da PSB e PSE. Consolidar os fundos de assistência social como unidades orçamentárias; e 2) CNAS estabelecer critérios gerais para a regulamentação dos benefícios eventuais.

E. Decálogo dos 10 direitos socioassistenciais

Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos; direito a equidade rural-urbana na proteção social não contributiva; direito a equidade social e de manifestação pública; direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial; direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade; direito a ter garantia a convivência familiar, comunitária e social; direito à proteção social por meio da intersetorialidade das políticas públicas; direito à renda; direito ao cofinanciamento da proteção social não contributiva; direito ao controle social; e defesa dos direitos socioassistenciais;

F. Metas do controle social

As deliberações foram classificadas nos seguintes temas: 1) fortalecer a atuação dos conselhos, a responsabilização e organização. Participação da sociedade civil no controle social das políticas sociais; 2) adotar ações que tornem de domínio público a política de assistência social, o SUAS, os direitos consignados na LOAS. Criar e implantar mecanismos de informação, integração e articulação entre o CNAS, CMAS, CEAS. Infraestrutura para os conselhos municipais. Criar e fortalecer a organização de fóruns da assistência social; política de formação continuada para conselheiros. Implantar e ampliar espaços de defesa social; criar, estimular e fortalecer outras formas de participação da sociedade civil; e 3) ementas parlamentares submetidas às deliberações dos conselhos de assistência social e aos planos de assistência social.

2.2.2. VI Conferência Nacional de Assistência Social – 2007

A VI Conferência Nacional de Assistência Social apresentou como **tema** os "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Como **objetivos**, a VI Conferência

destacou: 1) Avaliar a implementação do SUAS nos últimos 2 anos, a partir das metas para Gestão, Financiamento, Controle Social e Recursos Humanos do SUAS e 2) Discutir os Direitos Socioassistenciais, abordando as dificuldades para a sua implementação e as ações prioritárias a serem desenvolvidas para sua efetivação.

No que concerne ao **padrão de participação**, os dados apresentados nos anais da VI Conferência constam a participação de 1785 pessoas, sendo 1009 delegados, 145 convidados, 324 observadores, 307 pessoas envolvidas nos painéis, oficinas, estandes, mobilização, imprensa e relatoria. Também se destacou a colaboração de outros participantes que compuseram parte do apoio operacional e técnico da conferência.

No que tange ao **formato** da VI Conferência Nacional, ressalta-se que a dinâmica estabelecida definiu, a partir do **tema geral**, os **subtemas**, que nortearam as discussões e proposições da conferência, sendo:

- a) Plano Decenal;
- b) Direitos socioassistenciais;
- c) Controle social e protagonismo dos usuários e das usuárias;
- d) Financiamento;
- e) Gestão do trabalho;
- f) Intersetorialidade entre as políticas sociais e estas com o desenvolvimento econômico.

Um segundo tópico em relação ao formato foi a **avaliação das conferências estaduais**. Nos anais da conferência em análise, o temário das conferências municipais, estaduais, do Distrito Federal e da VI Conferência Nacional buscou fazer a avaliação da implementação do SUAS, enfatizando a análise dos avanços, das dificuldades e dos desafios no decorrer de dois anos, tendo como

base as deliberações da V Conferência Nacional de 2005, expressas no Plano Decenal – SUAS Plano 10 e nos direitos socioassistenciais.

Observou-se que a proposta desse formato para a VI Conferência Nacional, a partir da avaliação das conferências estaduais sobre a implementação do SUAS, teve como finalidade oferecer subsídios para a revisão do processo de construção, aprimoramento e implementação do Plano Decenal de Assistência Social. Os resultados das conferências estaduais foram remetidos ao Conselho Nacional de Assistência Social por todos os Conselhos estaduais, por meio de relatório padrão, fornecido pelo CNAS.

Outra inovação da VI Conferência Nacional foi em relação ao **credenciamento dos delegados**. O Credenciamento para a VI Conferência Nacional, realizado a partir de um sistema de credenciamento em rede disponibilizado no site do CNAS. O sistema online de credenciamento possibilitou que todos os delegados, observadores e convidados pudessem ser credenciados com antecedência, a partir de seu local de origem. As novas tecnologias passam a compor e incrementar a gestão do SUAS.

Ainda em relação ao **formato** da VI Conferência Nacional, destaca-se a **organização dos debates**, inseridos nas várias atividades em forma de **painéis centrais**, **painéis simultâneos** e **oficinas**, visando subsidiar os grupos de trabalho. Foram elencados tópicos norteadores para os debates, tais como: SUAS Plano 10 – avaliação e perspectivas da implantação do SUAS e dos Direitos Socioassistenciais – Compromisso com as proteções do SUAS; Os Usuários e o Controle Social; Gestão do Trabalho no SUAS; Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social; a Inclusão da Juventude – Desafio para a Assistência Social; A Assistência Social: Superando a Intolerância e promovendo a Inclusão.

Os **trabalhos de grupo** aprofundaram os debates dos painéis e oficinas, tendo como base o Relatório Consolidado das propostas deliberadas pelas conferências estaduais e do Distrito Federal sobre os 04 (quatro) eixos: gestão, financiamento, recursos humanos e controle social.

Em relação às **Oficinas**, estas discorreram sobre 24 temas relevantes para o processo de consolidação do SUAS. Cada oficina contou com 01 (um) ou mais expositores, um (1) coordenador e um (1) relator, que teve como atribuição o registro e sistematização dos pontos relevantes tratados na oficina.

As oficinas tiveram por objetivos: 1) socializar experiências que facilitem a implantação de mecanismos para a articulação entre gestão, financiamento e controle social da política de assistência social; 2) facilitar a estruturação de instrumentos que favoreçam aos atores da política de assistência social o desempenho efetivo de seus papéis específicos; 3) contribuir para a consolidação de uma nova cultura participativa, com base no controle social do Estado pela sociedade; 4) contribuir com o processo reflexivo e deliberativo da VI Conferência Nacional de Assistência Social, criando condições para que as metas a serem deliberadas se constituam, de fato, em prioridades para o avanço da política de assistência social no país; 5) possibilitar a construção de uma agenda política para os Conselhos de Assistência Social, que contemple as grandes questões tratadas nas oficinas e aponte para os encaminhamentos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Nos anais da VI Conferência há destaque para a descrição detalhada das oficinas, contendo: as ementas, os expositores e as sínteses das principais discussões, desafios e recomendações em cada oficina. Para conhecimento dos conteúdos tratados e análise da complexidade dos temas que envolvem o SUAS, apresenta-se as 24 oficinas assim denominadas: Oficina 1 – Estratégias de fortalecimento do controle social e participação social; Oficina 2 – Planos de Assistência Social – SUAS Plano 10; Oficina 3 – Vigilância Social no SUAS;

Oficina 4 – Rede SUAS e seus aplicativos; Oficina 5 – Os desafios da gestão dos Fundos de Assistência Social na consolidação do SUAS; Oficina 6 – Política de capacitação para implementação e controle social do SUAS; Oficina 7 – A mulher no contexto das Políticas Sociais; Oficina 8 – CRAS Indígenas e Quilombolas; Oficina 9 – Papel das Frentes Parlamentares em Defesa da Assistência Social; Oficina 10 – O processo de envelhecimento da população brasileira e os serviços socioassistenciais; Oficina 11 – Assegurando direitos no SUAS: O papel da Ouvidoria Pública, Ministério Público e Defensoria Pública; Oficina 12 - Transparência na gestão pública do SUAS: Controle interno e externo; Oficina 13 – A natureza e o papel das entidades e organizações de assistência social e o vínculo SUAS; Oficina 14 – O CREAS no atendimento a situações de vulnerabilidade e violação de direitos de indivíduos e famílias; Oficina 15 – Integração de Serviços, Benefícios e Renda no Centros de Referência da Assistência Social – CRAS; Oficina 16 – BPC: O novo decreto de regulamentação e as ações intersetoriais; Oficina 17 – Benefícios eventuais: Quais estratégias para avançar na conquista de direitos; Oficina 19 – Trabalho com famílias nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS; Oficina 20 – Equipamentos da assistência social: Espaços públicos territorializados, na perspectiva do direito; Oficina 21 – O SICNAS como instrumento de controle social; Oficina 22 – O SUAS e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional; Oficina 23 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: a implementação das ações de assistência social; Oficina 24 – Financiamento da Assistência Social.

No que concerne à **metodologia de trabalho de grupo** para a deliberação dos compromissos e responsabilidades na efetivação do SUAS, além da definição das metas nacionais do plano decenal, decidiu-se pelas seguintes estratégias:

- Análise dos desafios e das proposições apresentadas pelo relatório consolidado das conferências estaduais e do Distrito Federal, à luz das metas nacionais do Plano Decenal, aprovadas pelo CNAS;
- Proposta de inclusão, identificada conforme a necessidade do grupo, de meta nacional para votação da plenária final, considerando os desafios e proposições analisados e apresentados pelos estados;
- Apresentação de meta nacional por eixo, ou por item de eixo, a ser incluída desde que aprovada por 2/3 dos delegados presentes à conferência. Conforme o Regimento Interno, todas as propostas aprovadas pelos grupos foram matéria de deliberação na plenária final.

Programação da VI Conferência Nacional de Assistência Social

Primeiro dia

Dia 14/12	14h	Credenciamento dos delegados
	15h30	Abertura dos trabalhos
	15h45	Regimento interno
	18h	18h – Solenidade de Abertura Evento de Reconhecimento pela Adesão ao SUAS
	20h	20h - Apresentação cultural – Vander Lee

Segundo dia

Dia 15/12	8h	Programação Cultural
	8h30	Conferência de abertura: Desenvolvimento social e econômico: desafios para as políticas sociais - Patrus Ananias – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - José Antônio Moroni – Representante do Colegiado de

		Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
	10h	<p>Painel I - Suas Plano 10: Avaliação e Perspectivas da Implantação do SUAS</p> <p>- Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek - Professora e Pesquisadora da PUC/SP</p> <p>- Ana Lígia Gomes - Secretária Nacional de Assistência Social / MDS</p> <p>- Margarete Cutrim Vieira - Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social - FONSEAS</p> <p>- Rosilene Cristina Rocha - Secretária do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS</p> <p>- Maria Rosa Silveira Aguiar Azevedo - Representante do Fórum Nacional de Assistência Social</p>
	12h15	Debate
	13h	Almoço
	14h30	Programação cultural
	15h	Grupos de trabalho
	18h	Oficinas

Terceiro dia

	8h	Programação Cultural
Dia 16/12	8h30	<p>PAINEL II Direitos Socioassistenciais – Compromisso com as proteções do SUAS</p> <p>- Luciana Jaccoud - Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA</p> <p>- Aldáza Sposati - Professora Dra. e Coordenadora do</p>

	<p>Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social - NEPSAS da PUC/SP</p> <p>- Raimundo Gomes de Matos - Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social</p>
10h / 11h	Debate
11h20	<p>Painéis Simultâneos:</p> <p>1. Os Usuários e o Controle Social</p> <p>Edval Bernardino Campos Professor em Ciências Políticas e Serviço Social da Universidade da Amazônia - UNAMA /PA</p> <p>Sebastião Nicomedes de Oliveira - Representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua</p> <p>José Carlos Aguilera – Conselheiro e Representante da Comissão de Conselhos CNAS</p> <p>2. Gestão do Trabalho no SUAS</p> <p>Raquel Raichelis - Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Pesquisadora do Instituto de Estudos Especiais – IEE/PUC-SP</p> <p>Simone Aparecida Albuquerque - Diretora do Departamento de Gestão do SUAS - SNAS/MDS e Vice-presidente do CNAS</p> <p>Margareth Alves Dallaruvera - Conselheira Representante do Segmento dos Trabalhadores no CNAS</p> <p>3. Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social</p> <p>Shirlei Aparecida da Silva - Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária</p>

	<p>Marília Mendonça Leão - Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA</p> <p>Márcia Helena Carvalho Lopes - Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.</p> <p>4. A Inclusão da Juventude - Desafio para a Assistência Social</p> <p>Aidê Cançado Almeida - Diretora do Departamento de Proteção Social Básica - SNAS/MDS</p> <p>Pedro de Carvalho Pontual - Coordenador do Instituto Pólis</p> <p>5. A Assistência Social Superando a Intolerância e promovendo a Inclusão</p> <p>Marcelo Garcia - Secretário Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e Conselheiro Nacional de Assistência Social</p> <p>Benedito Medrado Dantas - Coordenador do Instituto Papai</p> <p>Ana Maria Quiroga - Professora do Departamento de Serviço Social da PUC/RJ</p>
13	Almoço
14h	Programação cultural
14h30	Grupos de trabalho
20h	Final dos trabalhos do dia

Quarto dia

Dia 17/12	8h	Programação Cultural
	8h30	Plenária Final
	14h	Programação cultural
	14h30	Continuação da Plenária Final
	18h	Encerramento

Síntese dos Conteúdos das deliberações da VI Conferência Nacional de Assistência Social

Em relação ao formato das deliberações da VI Conferência, estas foram organizadas a partir dos eixos elencados para o debate e divididas em dois momentos. O primeiro consistiu nas **metas nacionais a serem incorporadas ao Plano Decenal de Assistência Social** e o segundo, nas **estratégias a serem consideradas para a implantação do Plano Decenal**. Também, como produto da VI Conferência Nacional, ressalta-se a **Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais**.

1. Metas nacionais para a serem incorporadas ao Plano Decenal de Assistência Social

Eixo: Financiamento - investimento em assistência Social – 4 propostas

As propostas nesse item destacam a alocação de todos os recursos destinados da política de assistência nos fundos; regulamentações dos jogos de prognósticos, loterias e multas para assistência social; aprovação da PEC-2001; e cofinanciamento com critérios técnicos nas três esferas de governo pactuadas pela CIB e CIT e deliberadas pelos conselhos.

Eixo: Controle social - Democratização do controle social – 4 propostas

As propostas destacam capacitação para os conselheiros; criação de mecanismos de cobrança das obrigações do Estado; implantação de espaço de defesa social; implantar mecanismos de informação, integração e reuniões descentralizadas dos conselhos de assistência social nas três esferas de governo.

Eixo: Recursos humanos -Gestão do trabalho

Instituição da escola de qualificação permanente em parcerias com Universidades para gestores, trabalhadores e usuários; que os recursos dos cofinanciamentos possam ser utilizados para pagamento das equipes de referência e criação e manutenção de equipe técnica para realizar monitoramento e avaliação os serviços, programas, projetos e benefícios.

Eixo: Gestão -vigilância social e defesa social e institucional

Criação de planos de comunicação e marketing do SUAS para sua divulgação; equiparar regras do BPC para as pessoas com deficiência como aquelas aplicadas aos idosos e incluir pessoas com doenças degenerativas ao BPC; elaborar padrões de qualidade da gestão e funcionamento dos conselhos; criação de banco de dados integrado ao cadastro único.

Eixo: Gestão -Modelo socioassistencial - níveis de proteção social e integração de serviços e benefícios

Elabora com órgãos gestores de outras políticas a política de enfrentamento a dependência de substâncias psicoativas nas três esferas de governo; universalizar políticas para a juventude; criar estratégias que potencializem a proteção e protagonismo dos usuários.

Eixo: Gestão - Modelo socioassistencial - regulação

Garantir o modelo de gestão do SUAS como sistema descentralizado e participativo da assistência social; regulamentar o Art. 28 da LOAS; integrar a política de assistência social nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); acompanhar junto ao legislativo Projeto de Lei de Responsabilidade Social que possibilite a punição pelo descumprimento da PNAS.

Eixo: Gestão - Modelo socioassistencial - informação, monitoramento e avaliação

Criação de um sistema de informação sobre os serviços e orçamentos acessíveis a toda sociedade; sistema de comunicação entre os conselhos, para inscrição e fiscalização das entidades; índices e indicadores de eficiência dos serviços para avaliação; elaboração de planos e de monitoramento e avaliação de programas, projetos e serviços; mapeamento de áreas de vulnerabilidade social a partir de dados do CADUNICO.

Eixo: Gestão - rede socioassistencial e intersetorialidade – proteção social básica

Criação e fortalecimento dos centros de formação profissional e inclusão social; articulação com políticas setoriais e implementação de atividades produtivas; equidade de atendimento entre áreas urbanas e rurais; municipalização das ações de proteção básica.

Eixo: Gestão - rede socioassistencial e intersetorialidade – proteção social especial

Ampliação do cofinanciamento de 100% para serviços da PSE; política nacional intersetorial para pessoas em situação de rua, em trânsito e migrantes;

diagnóstico sobre a vulnerabilidade dos usuários na PSE; contrarrotos intersectoriais para crianças em situação de risco.

Eixo: Gestão - rede socioassistencial e intersectorialidade – aprimoramento da gestão

Fortalecimento dos municípios de pequeno porte; reordenamento institucional dos órgãos gestores da assistência social; aprimorar processos de monitoramento e avaliação; rede de comunicação informatizada; plano nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

2. Estratégias a serem consideradas para a implantação do Plano Decenal

Eixo: Financiamento - Investimento em Assistência Social

Ampliação do cofinanciamento, dos pisos para os serviços da assistência social, com recursos para políticas intersectoriais de ocupação e renda; desburocratização da relação convenial; cofinanciamentos dos benefícios eventuais pelos estados; definição de critérios para implantação de serviços bem como dotação orçamentária; emendas parlamentares estejam em consonância com as diretrizes do SUAS; gestores da assistência como ordenadores de despesa; potencializar os fundos de assistência social como instâncias de financiamento; legislação específica sobre o financiamento no SUAS etc.

Eixo: Controle Social - Democratização do Controle Social

As deliberações destacaram o pacto de aprimoramento de gestão; articulação entre os conselhos, estruturação e capacitação continuada; fóruns de debates sobre políticas públicas; critérios de inscrição das entidades; alternância entre sociedade civil e governo na presidência dos conselhos.

Eixo: Gestão - modelo socioassistencial - vigilância social e defesa dos direitos

As propostas trataram da articulação com o sistema de garantia de direitos e ouvidorias nos órgãos gestores da assistência; realização de diagnósticos sobre vulnerabilidades, risco social e potencialidades, criação de serviços regionalizados; padrão de qualidade para os serviços socioassistenciais; fóruns regionalizados na defesa dos direitos; implementar a vigilância socioassistencial em todos os municípios; produção de material educativo, realização de campanhas para o enfrentamento a violência doméstica e sexual.

Eixo: Gestão - modelo socioassistencial - níveis de proteção social e integração de benefícios e serviços

Criação de planos de monitoramento e acompanhamento das famílias inseridas no PBF; articulação com demais políticas para capacitação destinada a jovens; programas de segurança alimentar e nutricional articulada à assistência social.

Eixo: Gestão - modelo socioassistencial - regulação

Definição de novas diretrizes e regras para concessão de títulos de utilidade pública; isenção de encargos sociais patronais para organizações vinculadas ao SUAS; regulamentar o art. 3º da LOAS, PETI, BPC e critérios de inscrição as organizações e entidades de assistência social nos conselhos.

Eixo: Gestão - modelo socioassistencial e informação, monitoramento e avaliação

Aperfeiçoar os sistemas de informação existentes no SUAS; construção de indicadores de resultados e impactos da ação da política e das condições de vida dos usuários, referência e contra referências para os usuários;

Eixo: Gestão - rede socioassistencial e intersectorialidade – PSB

Metodologia para inclusão produtiva; implantação de CRAS em áreas rurais, quilombola, indígenas e programas como ação jovem.

Eixo: Gestão - rede socioassistencial e intersectorialidade – PSE

Apoio aos municípios na implantação de CREAS; elaboração de planos de acompanhamento às famílias, atendimento às vítimas de violência doméstica, atendimento especializado às mulheres vítimas de violência.

Eixo: Gestão - rede socioassistencial e intersectorialidade – aprimoramento da gestão

Gestão orçamentária seja participativa; articulação da rede socioassistencial através de plano governamental de intersectorialidade dos conselhos e parceria com universidades; fortalecimento das instâncias de participação e pactuação; existência de núcleos regionalizados nos estados; rede de comunicação informatizada; monitoramento dos serviços oferecidos pela rede; estudos para definição do custo dos serviços e tipificá-los nacionalmente.

Eixo: Recursos Humanos -gestão do trabalho

As propostas versam sobre a capacitação continuada para gestores e trabalhadores em parcerias com universidades; programa de monitoramento e avaliação da produtividade dos trabalhadores do SUAS; construção de Planos de Cargos Carreira e Salários (PCCS) e NOB-RH; garantir condições de trabalho adequadas e contratação via concurso público.

2.2.3. VII Conferência Nacional de Assistência Social - 2009

A VII Conferência Nacional de Assistência Social teve como **tema** a “Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social - SUAS”.

O **objetivo geral** foi avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, sob a ótica da participação e do controle social.

Uma das diferenças desde o início no processo de definição dos temas e objetivos da VII Conferência Nacional, em relação às demais Conferências, foi a formulação detalhada de **objetivos específicos** e que já indicavam os conteúdos pretendidos, a saber: 1) Discutir e avaliar a participação popular e o exercício do controle social no âmbito do SUAS; 2) Avaliar a dinâmica de efetivação dos dez direitos socioassistenciais aprovados na VI Conferência Nacional de Assistência Social, definindo estratégias de fortalecimento da participação popular; 3) Discutir e avaliar a participação popular e o controle social em relação ao orçamento e ao cofinanciamento, para a implementação do Plano Decenal da Assistência Social nos três níveis de governo; 4) Debater a atuação do trabalhador da assistência social, na perspectiva da articulação do protagonismo dos usuários na implementação do SUAS e no fortalecimento do controle social; 5) Discutir a gestão, os instrumentos e os processos de trabalho no âmbito do SUAS, tendo como referência os direitos dos trabalhadores; 6) Discutir e avaliar a representatividade, a composição, a dinâmica e o processo de escolha dos membros dos Conselhos de Assistência Social, visando a democratização e a efetivação do controle social e da participação popular; 7) Discutir a atuação das entidades de assistência social, em especial sua corresponsabilidade na execução da política, visando o fortalecimento do controle social em todos os níveis da participação popular e da democratização de sua gestão interna; e 8) Conhecer e debater experiências de implementação do SUAS que envolvam a participação popular e o controle social.

Nos anais da VII Conferência Nacional de Assistência Social, percebeu-se uma inovação em relação às informações referentes ao **padrão de participação**, uma vez que os dados de caracterização apresentavam os números das conferências municipais e estaduais. O total de municípios que realizou as

conferências municipais foi de 4.582. A participação nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal totalizaram 20.620 pessoas, distribuídas nas seguintes representações: 2.632 usuários, 1.734 trabalhadores do SUAS, 2.667 entidades de Assistência Social/prestadores de serviço, 6092 representantes governamentais, 34 autoridades, 40 secretários (as) municipais, 26 Conselheiros dos CEAS, 819 convidados, 1784 observadores, 102 de Universidades, 647 estudantes, 116 técnicos de apoio e secretários executivos dos conselhos.

No que tange ao **padrão de participação** na VII Conferência Nacional, destaca-se: 1420 delegados, sendo 36 delegados do CNAS; 1142 representantes municipais, 142 estaduais e 12 distrital, 88 representantes do governo federal, indicados pelo Governo Federal e pelo CNAS; 280 Convidados do CNAS (autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Secretários Executivos dos Conselhos Estaduais, profissionais e representantes de entidades e organizações da área, trabalhadores, usuários e organizações de usuários); 200 observadores, que se inscreveram no sistema de credenciamento "*online*"; Colaboradores - conferencistas, relatores, expositores de oficinas, expositores de estandes, grupo de mobilização, equipe de apoio e outros.

Ressalta-se que foram incentivadas e realizadas inúmeras **reuniões para mobilização dos participantes nas conferências**, especificamente em relação aos usuários dos serviços socioassistenciais abordando questões como: a) importância da participação e do controle social no SUAS; b) significado, formas de participação do usuário e o seu lugar político no SUAS, participação na avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e nos espaços de deliberação da política – Conselhos e Conferências; c) identificação das formas de organização dos usuários com vistas a sua inserção nesses espaços; d) estratégias para participação qualificada nos Conselhos e

Conferências e discussão de sua representação e representatividade nas demais esferas; e) elaboração de propostas para ampliação da participação dos usuários nos Conselhos e Conferências; f) papel dos trabalhadores do SUAS em relação ao protagonismo dos usuários; g) contribuição das metodologias de trabalho para o reconhecimento público da legitimidade do protagonismo dos usuários e na identificação de suas necessidades sociais e potencialidades, visando sua emancipação; h) perfil do usuário da assistência social, como sujeito de direitos, nos dias de hoje. Sem dúvida, uma agenda que já antecipa os debates nessa temática. E indica a natureza das questões cotidianas que podem mobilizar a sociedade civil.

A VII Conferência Nacional de Assistência Social, que pela primeira vez escolhe por tema a participação e o controle social, um campo de enormes possibilidades, mas também eivado de contradições, definiu no seu **formato**, um conjunto de estratégias que garantissem que, de fato, os estados, DF e municípios pudessem realizar bem suas conferências, culminando na Conferência Nacional. Assim, estabeleceu e estruturou o processo organizativo da seguinte forma: **Informes e orientações para as Conferências Municipais e estaduais; subtemas; eixos; decálogo dos direitos socioassistenciais, inscrições on-line; critério do número de delegados nacionais, grupos de trabalho e oficinas.**

Nesse processo, destaca-se a **construção de Informes e Orientações pelo CNAS para a realização das Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal**, visando instaurar uma sistemática para as Conferências Municipais e Estaduais, definindo: as estratégias de mobilização; temário; conteúdos a serem abordados; preenchimento dos instrumentos de registro; elaboração dos relatórios; deliberações e moções; assim como, o processo de eleição dos delegados.

Os debates da VII Conferência foram organizados em **subtemas, eixos e o decálogo dos direitos socioassistenciais**. Em relação aos **subtemas**, o objetivo foi conduzir as discussões e oferecer consistência teórica para o debate e deliberações. Percebeu-se, em relação aos subtemas, a elaboração de ementas com a apresentação de um resumo e resultados esperados, conforme exposição a seguir:

- 1) Processo Histórico da Participação Popular no País: nossa cidade e territórios em movimento. Resultados esperados: sistematização do debate dos conteúdos da ementa e balanço crítico dos desafios políticos para a organização popular e das perspectivas de fortalecimento dos movimentos sociais na atual conjuntura.
- 2) Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social: a diretriz constitucional em debate. Resultados esperados: sistematização do debate dos conteúdos da ementa e avaliação dos avanços e desafios a serem enfrentados para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da política de assistência social na perspectiva do controle social.
- 3) Protagonismo do Usuário, o seu Lugar Político no SUAS: uma construção inadiável. Resultados esperados: sistematização do debate dos conteúdos da ementa; identificação e balanço do funcionamento de novos espaços de participação dos usuários nas unidades de referência política de assistência social – CRAS e CREAS, e avaliação das metas do Plano Decenal quanto ao acesso às seguranças e direitos socioassistenciais.
- 4) Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS: composição, dinâmica, caráter da representação e processo de escolha. Resultados esperados: Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e avaliação do formato,

- 5) Composição e do “modelo” de representação dos conselhos de assistência social, em termos de: dinâmica, funcionamento, definição das agendas, debate eleitoral, critérios de eleição/indicação dos conselheiros, representatividade da sociedade civil (nos três segmentos) e do governo. Propostas para o fortalecimento dos conselhos e do controle social da política de assistência social.
- 6) Bases para Garantia do Financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos. Resultados esperados: Sistematização do debate dos conteúdos da ementa, apreciação das metas do Plano Decenal e dos itens defendidos no referido Plano para uma política fiscal adequada às necessidades da assistência social. Formulação das estratégias para avançar na política de financiamento da assistência social.
- 7) Democratização da Gestão do SUAS: participação e articulação intergovernamental. Resultados esperados: Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e formulação das estratégias para avançar na democratização da gestão do SUAS e da universalização dos acessos. Avaliação das metas do Plano Decenal relativas a esse item.
- 8) Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS: controle Social, participação popular e gestão interna. Resultados esperados: Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e avaliação das metas do Plano Decenal quanto às relações público-privado na implementação do SUAS.
- 9) O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuários: bases para uma atuação democrática e participativa. Resultados esperados: Sistematização do debate dos conteúdos da ementa e propostas alternativas para implementação da NOB-RH/SUAS.

Em relação à organização por **eixos** a serem desenvolvidos na Conferência em análise, foram organizados 4 (quatro) **eixos centrais**:

Eixo 1: Processo Histórico da Participação Popular no País: nossa cidade e territórios em movimento; Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social: a diretriz constitucional em debate; Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS: composição, dinâmica, caráter da representação e processo de escolha.

Eixo 2: Protagonismo do Usuário, o seu Lugar Político no SUAS; O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuários: bases para uma atuação democrática e participativa.

Eixo 3: Democratização da Gestão do SUAS: participação e articulação intergovernamental e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS.

Eixo 4: Bases para Garantia do Financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos.

No que concerne ao **decálogo dos direitos socioassistenciais**, o objetivo foi verificar o *status* de implementação do SUAS em relação aos direitos de proteção social oferecidos por essa política pública, além de reconhecer a perspectiva da participação e do controle social: 1) Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos; 2) Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva; 3) Direito de equidade social e de manifestação pública; 4) Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial; 5) Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade; 6) Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social; 7) Direito à Proteção Social por meio da intersectorialidade das políticas públicas; 8) Direito à renda; 9) Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva; e 10) Direito ao controle social e defesa dos direitos sócio-assistenciais.

Destacam-se outras informações relevantes na organização da VII Conferência Nacional de Assistência Social como: 1) inscrições dos delegados e suplentes,

realizadas pelos estados e distrito federal via **sistema de credenciamento on-line**; 2) **critérios para o número de delegados** comparâmetros para determinar a quantidade de delegados municipais por estado: a) Quantidade de municípios existentes no estado; b) Quantidade de municípios em Gestão Básica ou Plena existentes no estado, novidade como critério para a VII Conferência; c) População residente no estado (IBGE – Contagem Populacional 2007); d) Mínimo de 8 delegados municipais por estado; e e) Respeito à paridade governamental e não governamental.

No que concerne à organização e funcionamento dos **grupos de trabalho**, foram constituídos com o objetivo de aprofundar a avaliação do SUAS na perspectiva do controle social, tendo como base os 04 (quatro) eixos temáticos, acompanhados das propostas constantes dos relatórios consolidados das Conferências Estaduais.

No que tange à **organização e funcionamento das oficinas** contou com a participação de pesquisadores e técnicos de referência, conselheiros, delegados, observadores e convidados. Foram organizadas 24 oficinas simultâneas com no máximo, 83 participantes.

As oficinas tiveram por objetivo: possibilitar as exposições e o debate dos temas em grupos menores, como forma de amadurecer as intervenções nas plenárias e as deliberações finais; viabilizar um rico e profícuo processo de capacitação, por meio do oferecimento de referencial teórico/científico e empírico, além de favorecer amplos debates democráticos, permitindo aos participantes uma intervenção mais qualificada, não só na Conferência, mas nos espaços específicos de seus trabalhos na política de assistência social; socializar e debater temas que facilitem a adoção de mecanismos, instrumentos e estratégias para a implantação e implementação do SUAS no âmbito da esfera pública; contribuir para a efetivação de uma nova cultura participativa com base no legítimo controle social do Estado pela sociedade, e no protagonismo

dos usuários do SUAS, trazendo o debate para o campo conjuntural; fortalecer o processo reflexivo e deliberativo da VII Conferência Nacional de Assistência Social, criando condições para que as metas deliberadas adentrem a agenda pública e se constituam, de fato, em prioridades para o avanço da consolidação do SUAS no Brasil.

Concernente ao **formato das oficinas** observou-se a construção de ementas a partir dos temas deliberados pelo CNAS, observando aspectos relevantes a serem apresentados pelos expositores e debatido pelos participantes. Na VII Conferência Nacional as oficinas foram nominadas de acordo com os temas, da seguinte forma: oficina 1- Gestão Municipal do SUAS; oficina 2- Gestão Estadual do SUAS; Oficina 3- Participação Popular e Controle Social no SUAS: protagonismo dos Usuários e democratização da gestão dos conselhos; Oficina 4- Orçamento e Financiamento do SUAS; Oficina 5- Protocolo de Gestão Integrada entre Serviços e Benefícios da Assistência Social; Oficina 6- Integração da Rede Socioassistencial no SUAS / Vínculo SUAS; Oficina 7- Tipificação dos Serviços Socioassistenciais; Oficina 8- O território como base para organização da Vigilância Social no SUAS; Oficina 9- A matricialidade sociofamiliar no SUAS; Oficina 10- Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência para a vida familiar e comunitária no SUAS; Oficina 11- O Projovem Adolescente em interface com outras Políticas; Oficina 12- A Interface entre o SUAS, a Inclusão Produtiva e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional; Oficina 13- Informação, Monitoramento e Avaliação: ferramentas estratégicas na consolidação do SUAS; Oficina 14- Política para a População em Situação de Rua na perspectiva do SUAS; Oficina 15- Assegurando Direitos no SUAS: o papel da Ouvidoria Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública; Oficina 16- Transparência na gestão pública do SUAS: controle interno e externo; Oficina 17- NOB-RH/SUAS: desafios para sua consolidação; Oficina 18- Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual: indutores de planejamento da política em âmbito municipal e estadual; Oficina 19- Organizações religiosas e o

SUAS; Oficina 20- Eleição de representantes da sociedade civil no CNAS; Oficina 21- Inscrição e Certificação de Entidades de Assistência Social; Oficina 22- Serviços de Acolhida; Oficina 23- Frentes Parlamentares em Defesa da Assistência Social; Oficina 24- O papel dos conselhos de assistência social no controle social do Programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação continuada - BPC.

Programação da VII Conferência Nacional de Assistência Social

Primeiro dia

Dia 30/11	12h / 17h	Credenciamento- Entrega do material aos participantes.
	12h30	Almoço
	14h30	Programação cultural
	15h	Abertura dos trabalhos da VII Conferência Nacional de Assistência Social. Presidente e Vice Presidente do CNAS
	15h30	Discussão e aprovação do Regimento Interno. Coordenação de Mesa: 2 Conselheiros. Conferência de Abertura
	17h	Jantar
	18h	Solenidade de Abertura. Presidente da República Federativa do Brasil Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social Outros Ministros presentes

		<p>Presidente da Frente Parlamentar da Assistência Social</p> <p>Presidente da Comissão de Seguridade Social</p> <p>Governador do Distrito Federal</p> <p>Outros Governadores presentes</p> <p>Secretária Nacional de Assistência Social/MDS</p> <p>Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social</p> <p>Presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social</p> <p>Representante de usuários da Política de Assistência Social</p> <p>Representante do Fórum Nacional de Assistência Social</p> <p>Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social</p>
	20h	Apresentação cultural
	20h30	Coquetel

Segundo dia

	Manhã	Credenciamento
	8h30	Programação Cultural.
Dia 01/12	9h / 11h	<p>Conferência Magna: Processo histórico da participação popular no país, trajetória e significado do controle social na política de assistência social e conselhos de assistência social e o SUAS.</p> <p>Apresentação do Balanço das Conferências Estaduais: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek. PUC/SP</p> <p>Palestrantes:</p>

	<p>Luiz Soares Dulci - Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República.</p> <p>Leonardo Avritz– Doutor e Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.</p> <p>Márcia Maria Biondi Pinheiro - Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social</p>
11h / 13H	<p>Mesa Temática: Os usuários e seu lugar político no SUAS e os trabalhadores da assistência social em relação ao protagonismo dos usuários</p> <p>Apresentação do Balanço das Conferências Estaduais: Professora Doutora Raquel Raichelis.</p> <p>Palestrantes:</p> <p>Usuário: população em situação de rua.</p> <p>Representantes de organizações de usuários: segmento das pessoas com deficiência.</p> <p>Trabalhador: representantes de organizações de trabalhadores do setor.</p>
13h00 / 14h30	Almoço
14h30 / 18h00	Grupos de trabalhos
16h	Lanche
18h	Jantar
20h	Oficinas

Terceiro dia

Dia 02/12	8h30	Programação Cultural
	9h00 / 11h00	<p>Mesa Temática: Democratização do SUAS e entidades de assistência social e o vínculo SUAS.</p> <p>Apresentação do Balanço das Conferências Estaduais:</p> <p>Profa. Dra. Berenice Rojas Couto.</p> <p>Palestrantes:</p> <p>Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS/MDS; Representantes de entidades de assistência social – atendimento; Representantes de entidades de assistência social – assessoramento; Representantes de entidades de assistência social – defesa e garantia de direitos.</p>
	11h00 / 13h00	<p>Mesa Temática: Gestão do SUAS e bases para a garantia do financiamento da assistência social.</p> <p>Apresentação do Balanço das Conferências Estaduais:</p> <p>Profa. Ms. Márcia Helena Carvalho Lopes.</p> <p>Palestrantes:</p> <p>Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS/MDS; Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social - FONSEAS; Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.</p> <p>Lúcia Maria Modesto Pereira - Secretária Nacional de Renda e Cidadania/MDS.</p>

		Debatedor: Professor Doutor Josué Mussalem, da Universidade Federal de Pernambuco /UFPE
	13h00 / 14h00	Almoço
	17h30 /18h00	Grupos de Trabalho
	18h	Jantar

Quarto dia

Dia 03/12	8h30	Programação Cultural.
	09h	Plenária final
	13h / 14h	Almoço e programação cultural
	14h30	Plenária Final (continuação)
	18h	Mesa de encerramento da VII Conferência Nacional de Assistência Social.

Síntese dos conteúdos das deliberações da VII Conferência Nacional de Assistência Social

O conteúdo dos relatórios das Conferências Estaduais de Assistência Social consistiu no material analisado pelos grupos de trabalho da VII Conferência Nacional constantes no Caderno de Deliberações, que foram sistematizadas por eixo contemplando os conteúdos dos subtemas acima relatados. Deste conjunto e de acordo com as indicações da comissão organizadora da VII Conferência, a relatoria adotou como critério para a sistematização: a) o comparecimento de seu conteúdo em vários Estados da federação; b) a presença de demandas e expressões regionais, desde que também apontadas por outros Estados da respectiva região; e c) a identificação de conteúdos que se caracterizam como princípios, diretrizes e objetivos da política de assistência social, a serem apreciados na plenária para referendo.

Salienta-se, na análise dos documentos, que pela primeira vez encontra-se a explicitação de critérios utilizados para a organização dos resultados das conferências municipais e estaduais.

Eixo 1 – Processo Histórico da Participação Popular no país: nossa cidade e territórios em movimento; Trajetória e significado do controle social na política de assistência social: a diretriz constitucional em debate; Os conselhos de Assistência social e o SUAS: composição, dinâmica, caráter da representação e processo de escolha.

As propostas no eixo em destaque versaram sobre a criação e fortalecimento de canais de participação popular como fóruns (estaduais, regionais) seminários, cursos à distância, capacitação continuada, a sensibilização dos parlamentares, encontros periódicos entre gestores e conselheiros, aproximação dos conselhos com as controladorias e ouvidorias, divulgação sobre serviços, projetos, programas e orçamentos. Fortalecimento para participação dos usuários em audiências públicas; monitoramento das deliberações das conferências.

Eixo 2 – Protagonismo do usuário, o seu lugar político no SUAS: o trabalhador do SUAS e o protagonismo dos usuários: bases para atuação democrática e participativa.

As propostas apresentaram deliberações relativas ao fortalecimento do protagonismo dos usuários através de fóruns, capacitação permanente, acompanhamento das deliberações das conferências, diálogo intersetorial que envolvam os usuários, comitês gestores locais, trabalhadores e gestores, como facilitadores para o empoderamento dos usuários; Deliberações referentes a NOB/RH, sistema informatizado no SUAS e reivindicações do segmento das pessoas com deficiência.

Eixo 3 – Democratização da Gestão do SUAS: participação e articulação intergovernamental e entidades de assistência social e o Vínculo SUAS.

As deliberações se referiram majoritariamente sobre implantação de serviços, respeitando a diversidade cultural dos segmentos. Criação de parâmetros de porte dos municípios e índices padronizados para o acompanhamento dos serviços, protocolos de ação integrada. Implementação de serviços regionalizados ou via consórcios na PSE; Efetivação da vigilância socioassistencial. Deliberações referentes à publicização das ações da assistência social, observando a acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Eixo 4 – Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos.

As deliberações versaram em três perspectivas: 1) relacionada à ampliação dos recursos financeiros e orçamentários para a implantação de serviços e utilização de recursos cofinanciados para o pagamento de RH, definição de um percentual mínimo de destinação orçamentária, utilização como fonte de recursos, o pré-sal; 2) destaca questões para capacitação continuada para entidades, trabalhadores, gestores referente a orçamentos, LDO, PPA; e 3) relacionada aos critérios do BPC.

2.2.4. VIII – Conferência Nacional de Assistência Social - 2011

A VIII Conferência Nacional de Assistência Social portou como tema “Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores”. A partir da temática proposta, a finalidade da Conferência, buscando o aprimoramento do SUAS, foi avaliar e propor diretrizes na perspectiva da valorização dos trabalhadores e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Nesse sentido, destaca-se os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar os avanços obtidos na gestão do trabalho no SUAS, seu financiamento e propor estratégias para implementação da NOB/RH, como mecanismo para qualificar os serviços e consolidar o SUAS no sistema de proteção social não-contributivo brasileiro.
- Avaliar a qualidade da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social sob a lógica do trabalho articulado em rede (entidades socioassistenciais e unidades estatais), do protagonismo e participação dos usuários e da valorização dos trabalhadores.
- Propor estratégias para o fortalecimento do alcance das atenções ofertadas pelo SUAS no processo de erradicação da pobreza extrema, definindo articulações intersetoriais prioritárias e formas de financiamento adequadas.
- Avançar na proposição de estratégias para a consolidação da participação e do controle social na assistência social, como eixo estruturante do SUAS, para o fortalecimento do protagonismo dos usuários e para valorização dos trabalhadores.

Nos anais da VIII Conferência Nacional de Assistência Social constam como **padrão de participação**, o número de 1766 participantes classificados em 1.150 delegados eleitos nas Conferências Estaduais; 12 delegados eleitos na Conferência do Distrito Federal; 36 Delegados natos (conselheiros do CNAS); 88 Delegados nacionais representando a esfera federal; 280 convidados institucionais (indicados pela Comissão Organizadora) e 200 Observadores.

No que tange ao processo de mobilização nos municípios e estados, para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, o CNAS teve como primeira iniciativa a elaboração do **Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social**, contendo o passo-a-passo para o processo de mobilização e realização das Conferências em todo país, assim como a

realização de uma reunião com os Conselhos Estaduais, objetivando apresentar e discutir os procedimentos metodológicos.

Em Junho 2011, o CNAS publicou e enviou as **Orientações Complementares ao Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social**: Etapa Estadual e do Distrito Federal. O objetivo das orientações complementares visou subsidiar uma sistemática para a consecução das Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal e orientar a Conferência Nacional.

Nessas orientações foram elencados quatro subtemas e ementas com conteúdos:

1. Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS;

a) Concepção da gestão do trabalho no SUAS; b) Significado do trabalho social e Política de Capacitação; c) organização dos trabalhadores e controle social; d) Compromissos dos entes federados para implementação da NOB/RH e na gestão do trabalho; e) equipes de referência e serviços socioassistenciais; f) Metas estabelecidas no Pacto de Aprimoramento da Gestão estadual; g) indicador do CRAS (IDCRAS); e h) Metas e estratégias do Plano Decenal SUAS Plano 10.

2. Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais;

a) Centralidade da oferta dos serviços com base na família e no território; b) Avaliação da implementação do SUAS com base nas funções da Política; no planejamento e organização da gestão; no financiamento e repasse fundo a fundo; utilização dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada nos municípios e estados; no controle social e na participação dos usuários; nos serviços de proteção social da assistência social e as seguranças ofertadas pela rede socioassistencial (pública e privada); na regionalização dos serviços socioassistenciais e na intersetorialidade, tendo como referências: as

deliberação das Conferências; Plano Decenal SUAS Plano 10; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual; Protocolo de Gestão Integrada de Serviços e Benefícios; Resolução nº 05/2010 da CIT (patamares de desenvolvimento dos CRAS); Resolução nº 08/2010 da CIT (procedimentos para os entes federados); Resoluções nº 23, 24, 237/2006 e 105 de 3 de dezembro/2009.

3. Fortalecimento da participação e do controle social

a) Contribuição da participação e do controle social no processo de consolidação do SUAS e na perspectiva da erradicação da pobreza; b) Avanços e desafios dos conselhos de assistência social no Brasil pós SUAS, tendo como base o Plano Decenal SUAS Plano 10 e as deliberações das conferências; c) limites e possibilidades da organização e participação dos movimentos sociais no SUAS na atualidade; d) estratégias utilizadas pelos municípios na perspectiva de potencializar a participação dos usuários; e e) participação dos usuários como condição para prevenção a riscos sociais.

4. A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

a) As múltiplas dimensões da pobreza e o desenvolvimento de estratégias para seu enfrentamento; b) As expressões da desigualdade social, (renda, gênero, raça e etnia); c) Direitos Humanos e Direitos Socioassistenciais; d) A participação do SUAS na geração de oportunidades com base no fortalecimento da liberdade e da cidadania; e) Universalização dos direitos sociais na perspectiva da construção de um sistema de proteção social não contributivo; e f) A intersetorialidade no desenvolvimento das políticas e programas de enfrentamento à pobreza.

Ainda, como processo de organização para a realização da VIII Conferência Nacional de Assistência Social em seu **formato**, o CNAS emitiu informes de

orientação para a participação na VIII Conferência Nacional, destacando: Informe CNAS nº 1/2011: Orientações para a garantia da acessibilidade nas Conferências; Informe CNAS nº 2/2011: Orientações Gerais aos CEAS, CAS/DF e Gestores Estaduais da Política de Assistência Social, para uso compartilhado dos estandes na VIII Conferência Nacional de Assistência Social; Informe CNAS nº 3/2011: Orientações Gerais para uso dos estandes e espaços alternativos para reuniões e mobilizações na VIII Conferência Nacional de Assistência Social; Informe CNAS nº 4/2011: Informe complementar ao Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de Assistência Social; Informe CNAS nº 5/2011: Orientações gerais para a participação na VIII Conferência Nacional de Assistência Social e FICHA DE INSCRIÇÃO do acompanhante de Delegado/a representante da Sociedade Civil, com deficiência.

Concernente ao **formato e a dinâmica** foram sugeridos conteúdos para a realização dos Painéis e Grupos de Trabalho. E, para auxiliar nas discussões, foram elaboradas questões por subtemas:

Subtema 1 – Estratégias para estruturação da Gestão do Trabalho no

SUAS - 1) Quais são as iniciativas relacionadas à implementação da NOB/RH no âmbito do estado ou DF? 2) As equipes de referência estão estruturadas de forma a atender às exigências do SUAS para a esfera estadual ou do DF? 3) em que medida as ações do pacto estadual de gestão estão encaminhadas? 5) Quais as estratégias que estão sendo utilizadas para estruturar a gestão do trabalho no âmbito do DF e do órgão gestor estadual? 6) Como o estado tem contribuído para estruturar a gestão do trabalho nos municípios?

Subtema 2 – Reordenamento e qualificação dos serviços

socioassistenciais: 1) De que forma as iniciativas do estado fortalecem a implantação do SUAS? 2) Em que medida os recursos próprios do orçamento estadual ou do DF têm contribuído para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais? 3) Há sobreposição de fundos estaduais na área? 4) Qual o

alcançe da capacitação continuada para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais? 5) Como o estado tem atuado para implementar ações regionalizadas de forma a atender as orientações/ pactuações da CIB e CEAS? 6) Como se dá o apoio técnico dos estados aos municípios no reordenamento dos serviços socioassistenciais, na perspectiva das normativas do SUAS?.

Subtema 3 – Fortalecimento da Participação e do Controle Social:

1) Como se dá a participação e o controle social no processo de consolidação do SUAS? 2) Quais os principais desafios dos conselhos/fóruns de assistência social? 3) Como os movimentos sociais tem atuado na defesa do SUAS, como direito de seguridade social? 4) Como tem sido potencializada a participação dos usuários para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais?.

Subtema 4 - A Centralidade do SUAS na Erradicação da Extrema

Pobreza no Brasil: 1) De que forma podemos consolidar a centralidade do SUAS frente ao Plano Brasil sem Miséria? 2) Quais as estratégias que o SUAS pode desenvolver para o fortalecimento da intersetorialidade das políticas sociais? 3) em que medida o SUAS tem contribuído para a universalização do acesso aos direitos sociais? 4) Como as diferentes expressões da desigualdade social (renda, gênero, raça e etnia) tem sido enfrentadas no âmbito do SUAS?.

Em relação à dinâmica das atividades da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, definiu-se como estratégias para o desenvolvimento dos conteúdos, a realização de **painéis, oficinas simultâneas e grupos de trabalho.**

No que tange à organização dos **Painéis**, destacou-se o formato dos principais painéis através do “Balanço Crítico do processo das Conferências de 2011, da Gestão e do Controle Social” e as mesas que se seguiram, foram divididas pelos subtemas propostos pela VIII conferência: “Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS e o controle social”; Reordenamento e qualificação

dos serviços socioassistenciais e o controle social”. A apresentação dos painelistas e conferencistas encontra-se no item referente a programação.

Em relação à **organização e funcionamento das oficinas**, os anais da VIII Conferência, ressalta esse espaço como de fundamental relevância para o processo do controle social, possibilitando o aprofundamento dos temas e o enriquecimento das discussões, abordando propostas, problemas, e estratégias desenhadas pelas políticas sociais, organizadas em 25 (vinte e cinco) oficinas.

As oficinas foram organizadas com os seguintes objetivos: viabilizar as exposições dos temas mais recorrentes em grupos menores, visando enriquecer e aprofundar o debate e amadurecer as intervenções nas deliberações da Plenária Final; possibilitar uma capacitação, alicerçada em referencial teórico e empírico, além de estimular amplos debates democráticos, propiciando aos participantes uma intervenção mais qualificada, não só na Conferência, como nos seus espaços de atuação na política de assistência social; Estimular a reflexão sistemática sobre temas que facilitem a adoção de mecanismos, instrumentos e estratégias para a implantação e implementação do SUAS no âmbito da esfera pública; Contribuir para a construção de uma nova cultura de participação popular, com ênfase no controle social efetivo do Estado pela sociedade, aportando, sobretudo, no protagonismo dos usuários do SUAS e do respeito aos direitos humanos no âmbito da família, das instituições e da sociedade; Aprimorar o processo crítico de reflexão para que as deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social sejam introduzidas na agenda pública e se constituam, de fato, em prioridades que contemplem a superação das desigualdades, a promoção da equidade e afirmação da diversidade, para o avanço e consolidação do SUAS em todo o território nacional.

Para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social foram elencadas as seguintes oficinas: 1) A Gestão do Trabalho no SUAS; 2) Trabalhadores do SUAS: reconhecimento e organização; 3) O Centro de Referência da Assistência

Social - CRAS e os serviços referenciados no território: o trabalho com famílias na ótica dos direitos; 4) Paradigmas da relação público e privado na Assistência Social: trabalho em rede, a natureza das entidades de atendimento, assessoramento e defesa de direitos e o vínculo SUAS; 5) Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS Municipal e Regional: Desafios para a implementação da proteção especializada no SUAS; 6) SUAS e o planejamento na perspectiva da NOB/SUAS 2011; 7) Fortalecimento da Vigilância Social como estratégia para qualificação do SUAS; 8) A Integração dos Benefícios e Serviços na Garantia do Acesso aos Direitos Socioassistenciais; 9) o Protagonismo do Usuário no Fortalecimento de Novas Estratégias de Participação no SUAS; 10) O SUAS e a intersetorialidade das políticas públicas; 11) O Desafio da transversalidade na Assistência Social (oficina cancelada); 12) A Assistência Social e a Universalização da Seguridade Social; 13) O Papel da Política de Assistência Social no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Viver Sem Limites; 14) O Financiamento e Cofinanciamento do SUAS: orçamento público dos três entes federados e a gestão dos fundos de assistência social; 15) O SUAS e o Plano Brasil Sem Miséria: a tradução dos grandes compromissos; 16) Os benefícios socioassistenciais na perspectiva dos direitos: Benefício de prestação continuada, Programa Bolsa Família e Benefícios Eventuais; 17) Os conselhos de assistência social: mobilização, participação dos movimentos sociais e controle social; 18) A Proteção Socioassistencial para as populações no contexto de desastre ambiental: enfrentamento das calamidades públicas e situações emergenciais; 19) A Assistência Social no Plano Nacional de Enfrentamento ao CRACK e outras drogas: um debate necessário; 20) O SUAS e a questão de fronteiras; 21) o papel das Frentes Parlamentares da Assistência Social na Consolidação do SUAS (oficina cancelada); 22) Assegurando os direitos no SUAS: o papel da ouvidoria pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública; 23) O SUAS e o

Acolhimento Institucional; 24) SUAS e a questão de gênero; e 25) O SUAS e as contribuições para a Conferência Rio +20.

No que tange à **organização e funcionamento dos grupos de trabalho**, estes se realizaram com o objetivo de aprofundar a avaliação da consolidação do SUAS e a valorização dos trabalhadores, tendo como base os 4 (quatro) subtemas elencados e organizados em 24 grupos. O funcionamento apresentado consistiu na discussão de cada um dos subtemas e encaminhamento das propostas para sistematização realizada pela equipe de relatoria da VIII Conferência, visando à apresentação na Plenária Final para deliberação.

Cabe ressaltar como observação no formato e organização da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, o credenciamento eletrônico dos delegados, como apresentado a partir da VI Conferência. Também se destaca a utilização de critérios para a definição dos delegados por estados. Percebe-se uma preocupação na transparência dos critérios que definem a participação dos delegados e, para a VIII Conferência, a novidade foi à inclusão do percentual de municípios por UF que realizaram a Conferência de Assistência Social em 2009, em relação ao número de municípios existentes por Unidade da Federação. Neste contexto, é importante destacar que, na distribuição dos delegados, o CNAS recomendou a participação de no mínimo 1/3 dos usuários, considerando seu papel de protagonista na Política Pública de Assistência Social.

Programação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Primeiro dia

Dia 07/12	12h / 17h	Credenciamento
	12h30 / 15h00	Almoço / Acolhida aos participantes
	14h / 15h	Discussão e aprovação do Regimento Interno. Coordenação: Conselheiros Nacionais José Geraldo França Diniz e Leila Pizzato
	15h / 18h	Balço crítico do processo das Conferências 2011, da Gestão e do Controle Social. Maria Carmelita Yazbek – Pontifícia Universidade Católica/ SP Edval Bernardino Campos – Universidade Federal do Pará Denise Colin – Secretária Nacional de Assistência Social Carlos Eduardo Ferrari – Presidente do CNAS Coordenação: Conselheiros Nacionais Renato Francisco dos Santos Paula e José Araújo da Silva
	18h00	Jantar
	19h00 / 20h00	Solenidade de Abertura. • Show com Pereira da Viola.
	20h00 / 21h00	Conferência Magna: Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores: desafio para a superação da extrema pobreza no Brasil. Tereza Campello – Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Coordenação: Conselheiros Nacionais Carlos Eduardo Ferrari e Renato Francisco dos Santos Paula.

Segundo dia

Dia 08/12	Até 14h00	Credenciamento
	8h30 / 11h30	<p>Painel: Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS e o controle social.</p> <p>Berenice Rojas Couto – Pontifícia Universidade Católica/RS</p> <p>Jucimeri Isolda da Silveira- Pontifícia Universidade Católica /PR</p> <p>Raquel Raichelis - Pontifícia Universidade Católica /SP - Representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social- FNTAS</p> <p>Coordenação: Conselheiros Nacionais José Crus e Frederico Jorge de Souza Leite</p>
	11h30 / 12h30	Debate
	12h30 / 14h00	Almoço
	14h00 / 16h00	Grupos de trabalhos
	16h00 / 16h30	Lanche
	16h30 / 18h00	Continuação dos grupos de trabalho
	18h	Jantar
19h00 / 22h00	Oficinas	

Terceiro dia

Dia 09/12	8h30	Acolhida aos participantes
	8h30 / 11h00	<p>Painel: Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais e o controle social.</p> <p>Márcia Lopes– Universidade Estadual de Londrina - UEL</p>

		Aldaíza Sposati – Pontifícia Universidade Católica /SP Representante do Fórum Nacional de Assistência Social Coordenação: Conselheiros Nacionais Renato Saidel Coelho e Célia Mota de Carvalho
	11h30 / 12h30	Debate
	12h30 / 14h30	Almoço
	14h30 / 16h00	Grupos de Trabalho
	16h00 / 16h30	Lanche
	16h00 / 18h00	Continuação dos trabalhos
	18h00	<ul style="list-style-type: none"> • 18h Jantar • Ato Político - Comemoração pelos 18 anos da LOAS. - Posição política dos participantes da conferência sobre temas da atualidade. - Lançamentos de Livros.

Quarto dia

Dia 10/12	8h30	Acolhida aos participantes
	08h30 / 09h00	Homenagem (in memoriam) ao Conselheiro Nacional Antônio Kbça Entrega da premiação ao vencedor do concurso da Logomarca do CNAS
	09h00	Plenária Final
	13h / 14h	Almoço e programação cultural
	14h30	Plenária Final
	18h	Mesa de encerramento da VIII Conferência Nacional de Assistência Social
	18h30	Jantar

Síntese dos conteúdos das propostas e deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Subtema 1 – Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.

O conteúdo das propostas relacionadas nesse subtema apresenta diversas estratégias: 1) deliberações que ressaltam que a gestão do trabalho seja implantada a partir da NOB-RH, através de uma política específica, considerando equipe de referência, setor específico no órgão gestor, dotação orçamentária e que seja contemplado no PPA e na LDO; 2) criação de política de capacitação e formação permanentes que contemplem a diversidade dos segmentos e situações apresentadas na Política de Assistência Social assim como o incentivo para cursos de graduação e pós-graduação; 3) criação de Planos de Cargos e Carreiras na Política de Assistência Social, concurso público para todas as profissões nas três esferas de governo e reconhecimento das profissões de nível médio; e 4) alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação ao percentual de gastos com RH.

Subtema 2 – Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais

O tom das deliberações, no eixo em debate, foi o seguinte: 1) ampla divulgação dos projetos, serviços, programas e benefícios por meio de fóruns, seminários, congressos e etc.; 2) ampliação de serviços e equipes de acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, implementação de serviços regionalizados e itinerantes e criação de mecanismos para levantamento de custos dos serviços; 3) deliberações que tratam do cofinanciamento dos serviços, com pisos de financiamento e repasses mensais, parceria com universidades e institutos de pesquisa para o fortalecimento dos serviços; 4) criação de protocolos interdisciplinares, intersetoriais e de sistemas

informatizados online; e 5) deliberações que ressaltam a organização dos órgãos gestores de acordo com o SUAS, NOB-SUAS e NOB-RH.

Subtema 3 – Fortalecimento da participação e do controle social

As propostas nesse subtema versão sobre: 1) articulação da Assistência Social com movimentos sociais, criação e fortalecimento dos fóruns dos usuários, fóruns permanentes de assistência social, conselhos gestores locais com participação dos usuários, encontros para socialização de informações e mobilização dos parlamentares; 2) deliberações referentes à intersetorialidade, aproximação dos conselhos de assistência social com CRAS e CREAS; 3) criação de mecanismos de controle para cumprimento da legislação que regulamente o funcionamento da assistência social, controle das deliberações das Conferências; 4) plano de comunicação e capacitação continuada; 5) ampliação do número de delegados para as Conferências de Assistência Social e financiamento dos três entes federados para a participação dos delegados nas Conferências; e 6) entidades participem da composição dos Conselhos de Assistência Social.

Subtema 4 – A Centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

As deliberações no subtema 4 tiveram os seguintes conteúdos: 1) articulação da política de assistência social com as demais políticas públicas no combate a extrema pobreza, ressaltando o comando único da assistência social; 2) expansão dos serviços para os indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza e o financiamento seja de 5% dos recursos oriundos do pré-sal; 3) revisão dos critérios de concessão dos benefícios BPC e PBF; estratégias para ampliar o acesso a políticas transversais e setoriais que visem o fortalecimento de programas de qualificação, inclusão produtiva, mercado de trabalho, qualificação profissional, economia solidária e projetos de segurança alimentar.

2.2.5. IX Conferência Nacional de Assistência Social - 2013

A IX Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2013, apresentou como tema geral, "A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS". O objetivo principal teve como finalidade avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial aos avanços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. A partir da deliberação do tema e convocação pública, a comissão organizadora da referida conferência deu início aos debates para construir uma proposta de metodologia, que respondesse ao processo natural e complexo de evolução do SUAS, seus resultados e grandes desafios, olhando o passado para compreender o presente e acertar mais no futuro. Assim é que a preparação dos conteúdos temáticos e as orientações para os estados, DF e municípios foram planejados e seguiram os procedimentos compatíveis à garantia de êxito metodológico na realização de todas as conferências de 2013.

Na análise da IX Conferência Nacional, já apresentada detalhadamente no produto 2, em relação ao padrão de participação, a conferência contou com 1891 participantes, representados por diferentes segmentos, tais como: 1600 delegados, com 799 delegados representantes da esfera governamental, 801 delegados representantes da sociedade civil, sendo: 187 usuários da política de assistência social, 282 representantes dos trabalhadores e 312 representantes das entidades socioassistenciais. Destacou-se ainda, a participação de 154 convidados, ressaltando que essa foi uma das maiores conferências em termos de participação, conforme demonstra o anexo de dados.

O formato da IX Conferência Nacional de Assistência Social seguiu uma dinâmica particular e diferenciada das demais, considerando o novo processo instituído, de avaliação do cumprimento das deliberações anteriores, também pelos estados, DF e municípios. Entre as atividades realizadas nesta IX Conferência, correspondendo à programação, destacam-se o Painel de

avaliação nacional do SUAS, mesas temáticas e plenárias temáticas, dispostas a partir de subtemas, organizados em 6 eixos e fundamentados em ementas explicativas:

Eixo 1- Avaliação do Cofinanciamento Obrigatório do SUAS - a lógica de financiamento do SUAS; O processo orçamentário e a articulação com os instrumentos de gestão do SUAS (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Planos de Assistência Social e Relatórios de Gestão e Fundos). O SUAS e o novo decreto do FNAS. Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 e a obrigatoriedade do repasse de recursos para pagamento de pessoal. O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD Suas, e o Índice de Gestão Descentralizada do PBF – IGD PBF. O exercício do controle social no acompanhamento e fiscalização do cumprimento das competências e responsabilidades de cada ente federado no SUAS.

Eixo 2- Avaliação da Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processo de Planejamento Monitoramento e Avaliação – 1) aprimoramento como instrumento de gestão local, de coletivização e prevenção de vulnerabilidade de risco; 2) fortalecimento do papel dos estados no fomento às ações de diagnóstico; 3) criação de um canal de comunicação que propicie o diálogo da política de assistência social com a comunidade; 4) ampliação do sistema de monitoramento em âmbito estadual e municipal de forma regular e sistemática; 5) importância dos recursos humanos na área de tecnologia e sistematização das informações; e 6) reconhecimento da necessidade da produção de informações específicas por parte dos estados e municípios.

Eixo 3- Avaliação da Gestão do Trabalho - a gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios. Busca o reconhecimento e a valorização do trabalhador em todas suas dimensões, contribuindo para materializar e qualificar a ampla rede de proteção social implantada em todo o território nacional na perspectiva do direito socioassistencial. Como normativas orientadoras destacam-se: a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS); A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS; A Lei de Responsabilidade Fiscal e seus impedimentos para a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 e a autorização de utilização dos recursos do cofinanciamento federal para pagamento de pessoal.

Eixo 4- Avaliação da Gestão de Serviços, Projetos e Programas

Socioassistenciais - Na ementa relacionada ao eixo Gestão dos Serviços, Programas e Projetos, os objetivos enfatizam a concepção de serviços socioassistenciais tipificados em âmbito nacional e a concepção de programas e projetos, que tem a função de qualificar esses serviços visando à garantia da proteção social. Responsabilidades da União, Estados, DF e municípios. Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos, a partir da sua estrutura. Avaliar, do ponto de vista da gestão e do controle social os processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em vista a qualidade e efetividade do SUAS.

Eixo 5- Avaliação da Gestão de Benefícios e Transferências de Renda

no âmbito do SUAS – Os programas de transferência de renda como instrumentos de garantia dos direitos socioassistenciais. As responsabilidades da União, Estados, DF e municípios na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos benefícios socioassistenciais e transferência de renda. O impacto do Programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada - BPC no enfrentamento das desigualdades sociais e de redução da pobreza e da extrema pobreza. Os Benefícios Socioassistenciais e a Tipificação Nacional dos Serviços

Socioassistenciais. Os Benefícios Eventuais, regulamentação e processualidade. Papel dos Conselhos de Assistência Social na regulamentação dos benefícios eventuais, no processo de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda e, no processo de articulação e integração entre serviços e benefícios socioassistenciais, na perspectiva da intersetorialidade com as demais políticas públicas.

Eixo 6- Regionalização - perspectiva da garantia da integralidade da proteção social; do convívio familiar e comunitário. A organização e localização dos serviços regionais devem considerar a necessidade de preservar os vínculos familiares e comunitários ou possibilitar seu reestabelecimento caso tenham sido rompidos; reduzir as desigualdades regionais, territoriais, considerando suas diversidades. Garantir a cobertura dos serviços especializados do SUAS à toda a população brasileira, inclusive nos locais em situação de maior dificuldade de acesso, municípios de menor porte, visando à diminuição das desigualdades regionais e de seus impactos para a população; Regionalização como garantia da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, garantindo-se equivalência às populações urbanas, rurais e povos e comunidades tradicionais; garantia da cooperação federativa, que envolve a elaboração de acordos, protocolos e compromissos entre os entes federativos firmados para o cumprimento de responsabilidades. Territorialização considerando a dimensão territorial no SUAS como uma diretriz que deve orientar a localização dos serviços, a partir da lógica de proximidade do cidadão, nos territórios com incidência de vulnerabilidades e riscos sociais.

Na Conferência em questão, no que tange ao seu formato, percebeu-se a inovação em alguns procedimentos que se destacaram em relação as demais Conferências, como apontado no produto 2. Dentre as inovações apresentadas ressalta-se a consolidação de um processo de debates e avaliações no decorrer

do ano de 2013. Assim, a construção do caráter inovador do formato da IX Conferência em análise, deu-se sob os seguintes aspectos:

1. Alinhamento técnico-político como base para as discussões, com destaque para a nota técnica nº 2 do IPEA “Fatores críticos de sucesso na organização de Conferências Nacionais”, o que ofereceu bases para avançar numa nova metodologia, conseqüentemente num novo formato conferencial;
2. A condução democrática e de incentivo à participação, pela Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social;
3. O apoio da Relatoria Colegiada
4. A constituição do Comitê Acadêmico.

No processo de elaboração do **formato** da IX Conferência, observou-se a adoção de boa comunicação e diálogos pedagógicos junto às demais instâncias que preparavam as conferências municipais, estaduais e os subsídios para a nacional, com a recomendação para a realização de um balanço das conferências municipais e estaduais. Esse diálogo foi possibilitado por meio dos Informativos elaborados pela comissão organizadora da IX Conferência e pelo arrojado sistema tecnológico em funcionamento. As orientações básicas dirigidas aos estados, DF e municípios em preparação à IX CNAS, foram: 1) Ressalta a metodologia que proporcione a organização dos debates referentes às últimas Conferências de forma a possibilitar a avaliação do SUAS em âmbito local; 2) A orientação que sugere a utilização dos instrumentais desenvolvidos pela relatoria colegiada, destacando-se o instrumental 1- avaliação local do SUAS e o instrumental 2- registro das conferências estaduais e distritais.

Já as **mesas temáticas** tiveram como objetivo principal oferecer subsídios para o aprofundamento dos seis eixos que delinearão e detalharam o tema central da IX Conferência Nacional. Nesse sentido, as mesas foram estruturadas com os seguintes temas: 1) Assistência Social na Proteção Brasileira; 2) O

Estado Democrático de Direito - Gestão e Pacto Federativo no SUAS; 3) O Mundo do Trabalho e o Trabalho no SUAS; 4) A Democratização da Política Social e o Papel da Sociedade Civil; 5) Sistemas Universais, Seguridade Social Brasileira e Políticas Públicas de Estado e 6) Intersetorialidade, Políticas Transversais e o SUAS.

E como espaços coletivos de reflexão e debates, foram planejadas e realizadas as **plenárias temáticas** simultâneas, organizadas por eixo, buscando realizar uma avaliação nacional, com base nos conteúdos dos eixos elencados, compondo o tema geral da IX Conferência e visando subsidiar o processo de construção das propostas a serem deliberadas em plenária para este fim. A programação reflete a intensidade de atividades coletivas, mas ao mesmo tempo, favorecendo os debates em grupos, para posterior participação na plenária geral.

Programação da IX Conferência Nacional de Assistência Social

Primeiro dia:

Dia 16/12	12h às 18h	Acolhida e credenciamento
	16h às 18h	Regimento Interno
	18h às 19h	Solenidade de Abertura com a presidente Dilma Rousseff
	19h às 19h30	Coquetel
	20h00	Agenda Cultural – Jantar - Lançamento e Premiação do Mérito CNAS

Segundo dia:

Dia 17/12	8h às 12h	Credenciamento
	9h	Homenagem à professora Neiri Bruno Chiachio
	09h30 às 11h30	Painel de Avaliação Nacional do SUAS

	11h30 às 13h00	Debate
	13h às 15h00	Almoço
	15h às 17h	<p>Mesas Temáticas Simultâneas</p> <p>1 - Assistência Social na Proteção Social Brasileira</p> <p>2 - O Estado democrático de direito: gestão e pacto federativo no SUAS</p> <p>3 - O Mundo do Trabalho e o Trabalho no SUAS</p> <p>4 - A Democratização da Política Social: o papel da sociedade civil</p> <p>5 - Sistemas Universais, Seguridade Social: o papel da sociedade civil</p> <p>6 - A Intersetorialidade, Políticas Transversais e o SUAS: Planos Nacionais Intersetoriais</p>
	17h às 18h	Debate
	18h	Solenidade de entrega do Prêmio Rosani Cunha, de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 10 anos do Programa Bolsa Família

Terceiro dia:

	9h30 às 13h00	<p>Plenárias Temáticas Simultâneas (parte 1)</p> <p>Eixo 1: Avaliação do Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social</p> <p>Eixo 2: Avaliação da Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento Monitoramento e Avaliação</p> <p>Eixo 3: Avaliação da Gestão do Trabalho</p> <p>Eixo 4: Avaliação da Gestão dos Serviços, Projetos e</p>
--	---------------	---

		Programas Socioassistenciais Eixo 5: Avaliação da Gestão de Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS Eixo 6: Regionalização
Dia 18/12	13h às 15h	Almoço
	15h00 às 19h00	Plenárias Temáticas Simultâneas (parte 2) Eixo 1: Avaliação do Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social Eixo 2: Avaliação da Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processos de Planejamento Monitoramento e Avaliação Eixo 3: Avaliação da Gestão do Trabalho Eixo 4: Avaliação da Gestão dos Serviços, Projetos e Programas Socioassistenciais Eixo 5: Avaliação da Gestão de Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS Eixo 6: Regionalização
	19h00 às 20h30	Jantar

Quarto dia:

Dia 19/12	9h às 16h30	Plenária Final
	13h às 15h	Almoço
	15h às 16h30	Plenária Final
	16h às 18h	Encerramento
	18h	Jantar

Programação Alternativa:

	Praça da Cidadania	<p>30 espaços coletivos contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atividades demonstrativas das ações do SUAS e produção cultural por estado - Espaço para debates por segmentos, interesses políticos e culturais - Esquina do usuário – Casa da Brincadeira - Fonseas Presente – Congemas Presente - Biblioteca SUAS – Cine MDS - Coreto SUAS vozes - Espaço dos Conselhos - Estande TCU – Lançamento de cartilha sobre Controle Social
Dia 18	Espaço do Conselheiro (Estande CNAS)	<ul style="list-style-type: none"> - Roda de Conversas - Oficinas e Entrega de Material aos participantes
	Espaço MDS (Secretarias e Órgãos do MDS)	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento aos participantes - Entrega de material - Informações

Síntese dos conteúdos das propostas da IX Conferência Nacional de Assistência Social

Eixo 1- Cofinanciamento obrigatório do SUAS

No que tange à análise das deliberações no eixo em destaque tem-se: 1) requerimento da ampliação do investimento dos recursos para a política de

assistência social, sobretudo, para implementação dos serviços, considerando as especificidades regionais e locais e reconhecendo os dois níveis de proteção; 2) repasse de recursos para os municípios não pode considerar apenas o porte dos municípios, mas deve garantir a construção de diagnósticos socioassistenciais locais, incluindo outros indicadores para avaliação dos critérios de repasses aos municípios; e 3) o surgimento de um tensionamento que contraria à Lei de Responsabilidade Fiscal;

Eixo 2 - Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processos de planejamento, avaliação e monitoramento

As propostas desse eixo trazem a discussão de como regulamentar e implantar equipes de vigilância, construir os indicadores de qualidade, ter um sistema de acompanhamento, garantia de apoio técnico do governo federal para a implementação de núcleos municipais e no Distrito Federal.

Eixo 3 – Gestão do trabalho

Percebeu-se que as propostas apresentadas no eixo Gestão do trabalho dialogam com o diagnóstico do atual momento, no sentido da reivindicação por qualificação e melhoria nas condições de trabalho dos trabalhadores, do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Outro ponto de destaque na dimensão política das propostas é o reconhecimento dos trabalhadores para organização enquanto categoria e a cobrança em relação ao envolvimento dos conselhos profissionais nas organizações de classe.

Eixo 4 – Gestão dos serviços, programas e projetos

Na análise das propostas ainda se reconhece a necessidade de olhar para a especificidade de alguns segmentos com destaque para a pessoa idosa e com deficiência. Percebe-se o reconhecimento da demanda por ampliação dos serviços, sobretudo de uma atenção aos municípios de pequeno porte. Nessa

perspectiva, as propostas requerem da instância estadual uma maior atenção como copartípe da prestação de serviços. No que tange à implantação de serviços, as propostas reivindicam a implantação de uma rede como centros dia e residências inclusivas, como novidades da política e que não foram implementadas em grande parte dos municípios brasileiros. Ressalta-se também a necessidade da construção de protocolos de referência e contra referência que visam orientar os fluxos e as demandas de acordo com os níveis de proteção social.

Eixo 5 – Gestão dos Benefícios no SUAS

As propostas convergem para um requerimento de maior integração no campo da gestão, com um reconhecimento de que os benefícios são assistenciais e, portanto, devem estar sob a gestão da política de assistência social. Ainda no campo da gestão, indica-se a necessidade de maior integração entre os operadores nacionais e os operadores municipais em relação aos benefícios; Percebe-se a existência de propostas na perspectiva da ampliação do acesso, e reivindicações para mudança de critérios tendo em vista a ampliação e melhoria do acesso. As propostas também explicitam insatisfações referentes às dificuldades tecnológicas no Sistema Informacional que opera os benefícios de transferência de renda, especificamente o Programa Bolsa Família, com o critério de não inclusão de determinadas famílias que se encontram no perfil do referido programa. Outra questão reclamada, no campo técnico e político, diz respeito à ampliação do BPC para os usuários da política de assistência social, assim como os 25% para o acompanhante, em específico para o segmento das pessoas com deficiência que, de fato, ainda é o grupo mais excluído do benefício em função dos critérios da perícia médica.

Eixo 6 - Regionalização

As propostas aprovadas na IX Conferência Nacional ressaltam que há um reconhecimento para a implantação dos serviços regionalizados, respeitando as especificidades em duas dimensões, técnicas e políticas. A primeira dimensão situa-se na especificidade do público como grupos específicos, ressaltando a etnia, a localização geográfica, mas com destaque para municípios que não comportam tais serviços. A segunda dimensão centra-se no chamamento para a essência da discussão regional na qual o nível estadual é corresponsável pela política de assistência social, quando trata da implantação de serviços estaduais regionalizados e através de supervisão técnica aos municípios.

O Bloco II que abarcou a análise da V, VI, VII, VIII e IX Conferências Nacionais de Assistência Social, elucida processos diferenciados entre si e em comparação com as I, II, III e IV Conferências do Bloco I, tanto na avaliação do contexto histórico e das demandas relacionadas às conferências, quanto ao planejamento e conteúdos das mesmas, mas também, nos indicativos de desenvolvimento do SUAS no Brasil, considerando as três esferas de gestão, a natureza dos avanços e a complexidade dos desafios e limites enfrentados. Daí que imediatamente após a deliberação pela implantação do SUAS na IV Conferência Nacional, desencadeia-se um processo muito mais substancial de discussão e análise cotidiana dos temas a serem enfrentados nos âmbitos da gestão, pactuação e controle social, com vistas ao cumprimento das deliberações anteriores e novas propostas para a efetividade na implementação do SUAS.

Tanto os temas, conteúdos, programações e as deliberações dessas conferências do Bloco II, demonstram mais amadurecimento, confrontos, análise federativa sob as competências e responsabilidades, leituras territorial e regionalizada das realidades, questionamentos sobre as omissões e novos pactos, as regulações avançadas nas proteções sociais e um conjunto

primoroso de produções sobre os temas e procedimentos que envolvem a gestão pública da política nacional de assistência social, pela unidade do Sistema.

III - Aspectos Conclusivos e Comparativos das Conferências Nacionais de Assistência Social – 1995 a 2013.

A análise da metodologia o que incluiu o temário, a programação e a participação em todas as conferências confere a consultora, uma visão panorâmica da trajetória participativa e deliberativa da política de assistência social e, de algum modo, permite espelhar o caminhar da própria política. Em que pese este estudo ter tratado de diferentes temas, iniciam-se as considerações conclusivas por um rápido resumo muito já tratado no corpo deste documento quanto ao temário que orientou cada conferência, uma síntese do processo participativo e algumas considerações que poderão balizar o conteúdo do 4º e último produto dessa consultoria.

A opção da retomada dos temas e eixos nesse momento da conclusão se justifica, pois expressa de modo pendular, tanto o contexto e a realidade da execução da política em seu tempo, como de indicar um caminho prospectivo. Assim, o tema e seus subtemas provocam uma reflexão sobre a própria política em um determinado tempo e contexto.

Numa leitura a partir dos temas propostos para as conferências observa-se que I Conferência (realizada em 1995), funda-se no pressuposto maior dessa política que é a sua travessia para a esfera pública - "Sistema descentralizado e participativo - financiamento e relação público-privado na prestação de serviços da Assistência Social". O tema em si não permite identificação da quebra de paradigma histórico da assistência social circunscrita na esfera privada. No entanto, os subtemas enunciam todas as novas diretrizes previstas para a Assistência Social na LOAS/93, tais como a descentralização, comando único e controle social.

Percebe-se que compunha o temário dessa conferência todas as matérias que preocupavam sua construção no âmbito público referente à sua formatação na gestão. Desse modo, fica evidente a necessidade de abordar temas como financiamento, responsabilidades da esfera municipal, além de capacitação de Recursos Humanos e relação com as demais políticas sociais setoriais. Nesse momento histórico (em meados da década de 1990), a assistência social iniciava, ainda que precariamente, sua trajetória na esfera pública.

A temática da Assistência social como direito e, por conseguinte, a universalização de acesso balizou a II Conferência (realizada em 1997), mantendo a tônica da edição que a antecedeu, ou seja, o reconhecimento da assistência social como política de direito - "O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social - Construindo a inclusão – Universalizando o direito".

Nesse momento destaca-se a necessidade de aprofundar as proposituras em torno do novo campo de gestão da política de assistência social e lançar base sobre um sistema descentralizado e participativo.

O tema se desdobrou em 5 eixos que tratavam: do lugar da Assistência Social na inclusão social, sobretudo, com questões presentes na LOAS como os Mínimos Sociais e a Gestão, tendo como pressuposto o pacto federativo; a estruturação do financiamento; o papel dos Órgãos gestores em relação às redes não governamentais e, com isso, o reconhecimento do comando único da assistência social. Ainda nesse campo, os eixos retomaram, assim como nas demais conferências que sucederam essa segunda, a Participação como suposto fundamental para o aprimoramento desta política social de direito.

A III conferência realizada 2001, sob o tema "Política de Assistência Social: Uma trajetória de Avanços e Desafios" inaugura as conferências do século XXI. Mais uma vez estão em pauta temas vinculados ao aprimoramento da gestão

referentes ao financiamento e aprimoramento de recursos humanos. No entanto, duas matérias são fundantes nesta conferência e receberam destaque. São elas: o lugar central dos conselhos como entes políticos e com investidura pública para o exercício do controle social e, como desafio, a necessidade de aprofundar a primazia do Estado na condução dessa política. Tais temas refletem, de algum modo, as fragilidades da conjuntura à época que resistia a estabelecer as mudanças necessárias para os avanços no sentido da criação do SUAS, que surge com força na IV Conferência Nacional, já no contexto de um novo governo federal.

Em relação ao papel dos conselhos destaca-se que a instância nacional ainda ocupava-se com a certificação das entidades sociais e essa atribuição, incluindo seus percalços, dificultava seu papel de controle e direção política para esse campo da proteção social. Além disso, nas demais esferas de governo os conselhos tinham sido criados há aproximadamente meia década, o que induzia à necessidade de refletir sobre seu papel na cogestão e ampliação do processo democratizante na Política de Assistência Social.

Destaca-se que a III conferência indicava um tom avaliativo, dados os oito anos de promulgação da LOAS e a estruturação de gestões municipais em vários municípios do país, em que pese não ser essa a condução da gestão nacional à época.

A IV Conferência (realizada em 2003) figura na história da Política de Assistência Social como um divisor de águas, tanto por seus resultados na aprovação da instalação do SUAS, quanto em sua metodologia de aprovação das propostas. Sob o tema “Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania - LOAS 10 anos”, fez-se uma ode à necessidade de amadurecimento dessa política com uma década de reconhecimento no âmbito dos marcos legais.

Compôs a dissecação desse temário os assuntos recorrentes das edições que a antecederam, tais como: financiamento, aprimoramento da gestão e da participação social, dentre outros. Todavia tais subtemas vieram acoplados à sua intrínseca relação com a garantia de direitos e cidadania e com um importante foco na responsabilidade das esferas estatais. Desse modo, reforçava, mais uma vez, o lugar público da assistência social.

O mais relevante saldo dessa conferência foi, sem sombra de dúvida, a proposição de um sistema único, capaz de integrar, articular e uniformizar a assistência social em todas as esferas de governo, além de autorizar o governo e o conselho nacional a editar uma nova política de assistência social que corporificasse o SUAS. Desse modo reitera e finca bases para a trajetória enunciada desde a gênese dessa política: garantir estrutura de gestão pública com ossatura para acolher suas responsabilidades e funções na oferta de serviços e benefícios e o estabelecimento da vigilância socioassistencial que viriam a ser detalhadas na escrituração de uma nova política nacional e nas normas operacionais que dela decorreram.

A V Conferência (realizada em 2005), avançava nos marcos da gestão democrático-popular do governo federal. Nesta linha, chamava a atenção para à necessidade de estabelecer metas planejadamente de avanços para o SUAS recémimplantado. Sob o tema "SUAS – PLANO 10: Estratégias e Metas para Implementação da Política Nacional de Assistência Social" debatido a partir de subtemas como:

- Compromissos Éticos com os Direitos Sócio-assistenciais;
- Metas da Gestão do SUAS;
- Metas da Gestão de Recursos Humanos;
- Metas de Financiamento;
- 10 direitos socioassistenciais; e
- Metas de Controle social.

Tais temas não deixam dúvidas quanto à necessidade de aprimorar e profissionalizar a gestão dessa política pública, além de permitir identificar quantitativamente os seus avanços e desafios nos próximos anos. Todas as esferas federadas foram levadas a planejarem os próximos anos dessa política em seus processos preparatórios. As exigências desse processo induziram, de vez, o pensamento prospectivo e planejado nesse campo de gestão pública.

Nessa conferência também ficou definido o decálogo dos direitos socioassistenciais, sendo que a relevância dessa deliberação recaiu sobre a necessidade de demarcar o campo de responsabilidade da política de assistência social em relação ao arcabouço dos direitos sociais no Brasil de forma geral e da seguridade social em particular.

A VI Conferência Nacional de Assistência Social (realizada em 2007), traz em destaque, o tema da proteção social no Brasil: “Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS)”. Desse modo reconhece o alargamento da proteção social, que adota contornos para além do campo contributivo ou mesmo dos segmentos historicamente inseridos nesse escopo como: crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos.

O tema da proteção social trazido pela Assistência Social significa a responsabilidade do Estado com as famílias (incluindo a PEA) que, para além da renda advinda da inserção no mercado de trabalho, ainda necessita e têm direito a todas as garantias sociais desse marco civilizatório, incluindo: convivência familiar e comunitária, renda e acesso às demais políticas sociais.

Os subtemas reforçam o já mencionado, no que se refere a alocar a assistência social no âmbito da proteção social, ao mesmo tempo em que retomam, como na maioria das edições anteriores, o aprimoramento da gestão. São eles: Plano decenal; financiamento, gestão do trabalho; direitos socioassistenciais; controle

social e protagonismo dos usuários e das usuárias; e Intersetorialidade entre as políticas sociais e estas com o desenvolvimento econômico.

Desse modo, é possível perceber que o tema e subtemas dessa VI Conferência, lançam olhar, de modo a reforçar, o lugar e a responsabilidade do SUAS na proteção social brasileira.

“Participação e Controle Social no SUAS” conferiu a marca da VII Conferência Nacional de Assistência Social (realizada em 2009), tema muito bem colocado, considerando o processo rápido e surpreendente da implantação do SUAS em todo o território nacional. Era tempo de recolocar, de forma destacada a democratização deste sistema. Nesse sentido, esse pode ser considerado um dos temas mais politizados de toda a história das conferências nacionais.

Os subtemas ocuparam-se de recuperar a história de luta dos movimentos sociais em nome da ampliação dos direitos em geral e da assistência social em particular; balizar a concepção de controle social para as políticas públicas, assim como reiterar a importância de ter como bandeira o aprofundamento de modelos democráticos de gestão.

Dentre os destaques nessa discussão do processo participativo está o investimento no protagonismo dos destinatários da política de assistência social, assunto trazido à luz no eixo 2 “Protagonismo do Usuário, o seu Lugar Político no SUAS”.

No que concerne aos temas relacionados à gestão, mais uma vez está posta a preocupação com a relação da rede não governamental, em destaque o vínculo SUAS. Além disso, ainda nesse campo, novamente o financiamento figurou com destaque.

A temática dos trabalhadores e sua importância para o SUAS ocupou o enunciado da VIII Conferência - Consolidar o SUAS e Valorizar seus

Trabalhadores - (realizada em 2011). A pertinência desse tema recai na compreensão do lugar central dos trabalhadores para avançar na qualificação dos serviços prestados no âmbito do SUAS. Naturalmente, além das preocupações com a instalação de uma política de gestão do trabalho, que incluía a educação permanente, também foram definidas estratégias para combater um processo de desqualificação que poderia se instalar nesta política, sobretudo, nas esferas municipais que já vinham, em todas as políticas públicas, acenando com traços de flexibilização e precarização.

Destaca-se que compuseram os eixos temáticos e demais temas cáusticos de gestão, dentre eles o fortalecimento do controle social. A novidade no temário nesta Conferência foi a interlocução da política de assistência social com a erradicação da extrema pobreza. De algum modo, os serviços e benefícios oferecidos no SUAS sempre contribuíram para a erradicação da pobreza, mas nessa conferência, em específico, tratava-se de um diálogo com as demais políticas e a centralidade da política de assistência social em torno deste tema.

Por fim, a última conferência, realizada em 2013 e já analisada em produto anterior de forma detalhada, retoma com força o tema da gestão - "A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS" . A IX conferência nacional teve o cuidado de, além das discussões dos subeixos, trazer como forma de balizar os grandes temas que povoaram as edições anteriores, os seguintes:

- Assistência Social na Proteção Social Brasileira;
- O Estado democrático de direito: gestão e pacto federativo no SUAS;
- O Mundo do Trabalho e o Trabalho no SUAS;
- A Democratização da Política Social: o papel da sociedade civil;
- Sistemas Universais, Seguridade Social: o papel da sociedade civil;
- A Intersetorialidade, Políticas Transversais e o SUAS: Planos Nacionais Intersetoriais.

Desse modo, observa-se que, mesmo com a centralidade no aprimoramento da gestão e na averiguação participativa e política do já cumprido (deliberações anteriores) ao longo dos anos, essa conferência aponta os rumos do debate e define em que bases conceituais, políticas e estratégicas poder-se-ia avançar no campo da definição de novos rumos e indicativos de aprimoramento do SUAS.

Em relação a alguns outros itens de análise, além dos temas já tratados acima, destaca-se o quantitativo de propostas aprovadas. O quadro constante neste produto dá conta de explicitar um processo de diminuição que vai de 233 na primeira conferência para 31 na última edição. Esse fato deve-se à adoção de uma metodologia que define as responsabilidades por diferentes entes federados, mas não só, trata-se, sobretudo, de um processo de amadurecimento político que permite às plenárias finais deliberarem sobre propostas que tenham consonância com a necessidade de aprimoramento factível e, ao mesmo tempo, respondendo às posturas políticas e visionárias.

No que concerne ao comparativo do número de participantes observa-se um sensível aumento, pois salta de 1069 na primeira edição para 1891 na IX conferência, indicando o aumento aproximado de 83%. Já em relação aos delegados a participação em termos quantitativos foi ainda maior saltando de 689 para 1600 entre a primeira e a última conferência. Destaca-se, para além do percentual que atingiu aproximadamente 150%, a qualificação da participação, pois apenas os delegados têm condições de deliberar em todo o processo da conferência. Na primeira, a relação entre participantes e delegados era de 64%, ou seja, 36% dos presentes eram apenas participantes, sendo que na última conferência, essa proporção caiu para 16%.

É importante destacar que, ao longo dos anos, as conferências tornaram-se importantes espaços de direção e prospecção para a política de assistência social. Nesta linha, apontou caminhos que fizeram avançar na travessia para a esfera pública, indicando sempre seus principais desafios que se

consubstanciaram em deliberações no campo da gestão, da qualificação dos serviços, da concessão de benefícios. Em específico a V Conferência, realizada em 2005 sob essa égide de planejar, elaborou o Plano SUAS 10, representando um importante esforço de todas as unidades federadas transformando em metas de forma hierarquizada. Destaca-se, no entanto, que o preparo que deu sustentação para essa Conferência foi precedido de amplo estudo sobre o estágio de implantação do SUAS em todo o território nacional.

Além disso, todas as conferências, em suas deliberações reiteraram a importância da participação. Esse tema foi tratado com a preocupação de fortalecer as organizações representantes dos usuários do SUAS, a qualificação dos conselhos em sua investidura pública para exercer o controle social nesta política social.

As conferências também serviram de mola propulsora de balanço. Neste caminho avaliativo trouxeram à tona o estágio de desenvolvimento da política de assistência social, sendo que, a partir da 4ª, esse processo coadunava com os mecanismos de monitoramento que foram sendo implantados com o SUAS. Vale um destaque para esse processo avaliativo adotado na 9ª edição, realizada em 2013, recaindo sobre o cumprimento ou não de todas as deliberações de conferências anteriores em todas as esferas governamentais.

Ao longo desses vinte anos, as conferências expressaram a evolução da Política de Assistência Social, discutindo e deliberando sobre seus principais desafios. Impulsionou, neste período, a instalação do SUAS erigido no paradigma do direito e da responsabilidade pública. As conferências municipais, estaduais e nacionais mobilizaram usuários, trabalhadores e gestores que colocaram esse sistema em movimento em todos os cantos do Brasil.

O próximo e último produto tratará de propostas de incremento e considerações que poderão subsidiar o processo já em curso da organização da

X conferência a ser realizada em 2015. A expectativa para essa próxima edição, é de orientação e prospecção do novo decênio. Deve iluminar as reflexões e o posicionamento crítico que indique a consolidação do SUAS mas, dada a construção do modelo federativo brasileiro, necessita considerar um campo de pactuações e compromissos em torno de um sistema republicano e participativo.

IV - ANEXOS

Os anexos constituem um quadro descritivo das Conferências Nacionais de Assistência Social – síntese das informações contidas nos Anais das Conferências Nacionais de Assistência Social.

ANEXO 1 – CONTEÚDO DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS

O quadro 1 apresenta o conteúdo das nove Conferências Nacionais realizadas no período de 1995 a 2013.

Quadro 1: Conteúdo das Conferências Nacionais									
Conferências	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Temas	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Objetivos	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Subtemas	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Tópicos e ementas que subsidiaram os subtemas	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Informes do CNAS que subsidiaram os subtemas	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM
Programação	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

ANEXO 2 – FORMATO DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS

O quadro 2 apresenta o formato nove Conferências Nacionais realizadas no período de 1995 a 2013.

Quadro 2: Formato das Conferências Nacionais									
Conferências	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Grupos de discussão	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Organização em eixos, blocos e painéis	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Balanco, Síntese ou documentos consolidados das conferências estaduais.	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Número de propostas	233	177	137	37	54	171 ¹	57	65	31
Oficinas temáticas	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM ²
Elaboração das propostas em grupos, por blocos e eixos	SIM	SIM	NÃO	SIM ³	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Aprovação das propostas na plenária final	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Credenciamento eletrônico dos delegados	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
Comitê Acadêmico	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

1. Em relação ao formato, as propostas da VI Conferência, dividem-se em 37 metas e 134 estratégias.
2. Na IX conferência as discussões temáticas se fizeram em mesas específicas, subsidiando os conteúdos debatidos e as deliberações substituindo o formato das oficinas.
3. A aprovação das propostas foi organizada por painéis. Primeiro houve debates e aprovação das propostas referentes aos painéis I e II no segundo dia de conferência. E aprovação no terceiro dia. As propostas dos painéis III e IV foram discutidas no terceiro dia de conferência e aprovadas no quarto dia.

ANEXO 3 – PADRÃO DE PARTICIPAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS

O quadro 3 apresenta o padrão de participação das nove Conferências Nacionais realizadas no período de 1995 a 2013.

Quadro 3: Padrão de Participação das Conferências Nacionais									
Conferências	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
Nº de participantes	1069	1002	NÃO	1053	1554	1785	1900	1766	1891
Apresentação dos dados dos segmentos	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Nº de delegados	689	752	NÃO	817	954	1009	NÃO	1150	1600
Nº de representantes governamentais	NÃO	NÃO	NÃO	377	466	NÃO	NÃO	NÃO	799
Nº de representantes da sociedade civil–entidades	NÃO	NÃO	NÃO	425	285	NÃO	NÃO	NÃO	312
Nº de representantes da sociedade civil–trabalhadores	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	76	NÃO	NÃO	NÃO	202
Nº de representantes da sociedade civil–usuários	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	126	NÃO	NÃO	NÃO	287
Observadores	193	NÃO	NÃO	NÃO	332	324	200	200	137
Convidados	76	250	NÃO	218	96	145	280	280	154
Ouvintes	111	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Expositores de oficinas, debatedores, painelistas e relatoria colegiada	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	103	307	NÃO	NÃO	NÃO
Outros participantes ¹	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	70	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

1. Na categoria "outros participantes" destacam-se pessoal de apoio, intérpretes de libras, braile, apoio cultural e etc.

ANEXO 4 – OBJETIVOS TEMAS E SUBTEMAS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS

O quadro 4 apresenta os objetivos, temas e subtemas das nove Conferências Nacionais realizadas no período de 1995 a 2013.

Quadro 4: Objetivos, Temas e Subtemas das Conferências Nacionais			
Conferências - ano	Objetivo	Temas	Subtemas
I Conferência Nacional de Assistência Social – 1995	Avaliar a situação e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social.	Sistema descentralizado e participativo – financiamento e relação público-privado na prestação de serviços da Assistência Social.	1 - Sistema descentralizado e participativo; 2- Financiamento 3 - Relação público-privado na prestação de serviços da Assistência Social.
II Conferência Nacional de Assistência Social - 1997	Avaliar a situação e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo.	O sistema descentralizado e participativo da Assistência Social – construindo a inclusão – universalizando direitos	Eixo 1 – Construindo a inclusão Eixo 2 – Construindo o sistema descentralizado Eixo 3 – Construindo a participação popular Eixo 4 – Construindo o financiamento e controle social na assistência social Eixo 5 – Construindo as articulações da assistência social como política

PNUD – MDS/CNAS – CONSULTORIA TÉCNICA – PRODUTO 3

<p>III Conferência Nacional de Assistência Social – 2001</p>	<p>Avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema</p>	<p>Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios</p>	<p>Painel I - Avaliação do controle social nos oito anos da LOAS</p> <p>Painel II – evolução histórica do financiamento e consolidação dos fundos de assistência social</p> <p>Painel III – Os avanços e desafios na gestão da política de assistência social</p>
<p>IV Conferência Nacional de Assistência Social - 2003</p>	<p>Avaliar a situação atual da assistência social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento.</p>	<p>Assistência Social como política de inclusão: uma nova agenda para a cidadania – LOAS 10 anos</p>	<p>Painel I Assistência social: conceber a política para realizar o direito</p> <p>Painel II Gestão e organização – planejar localmente para descentralizar e democratizar o direito</p> <p>Painel III Financiamento – assegurar recursos para garantir a política</p> <p>Painel IV Mobilização e participação como estratégia para fortalecer o controle social</p>
<p>V Conferência Nacional de Assistência Social 2005</p>	<p>Construção do SUAS PLANO 10</p>	<p>SUASPLANO 10: estratégias e metas para implementação da política nacional de assistência social.</p>	<p>Estratégias e metas para implementação da política nacional de assistência social</p> <p>Compromissos éticos com os direitos socioassistenciais;</p> <p>Metas da gestão do SUAS;</p> <p>Metas da gestão de recursos humanos;</p> <p>Metas de financiamento 10 direitos socioassistenciais;</p> <p>Metas de controle social.</p>

MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES – PROJETO: BRA/12/006

<p>VI Conferência Nacional de Assistência Social 2007</p>	<p>1) Avaliar a implementação do SUAS nos últimos 2 (dois) anos, a partir das metas para Gestão, Financiamento, Controle Social e Recursos Humanos do SUAS.</p> <p>2) Discutir os Direitos Socioassistenciais, abordando as dificuldades para a sua implementação e as ações prioritárias a serem desenvolvidas para sua efetivação.</p>	<p>Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS).</p>	<p>Plano Decenal; Direitos socioassistenciais; Controle social e protagonismo dos usuários e das usuárias; Financiamento; Gestão do trabalho; Intersetorialidade entre as políticas sociais e destas com o desenvolvimento econômico.</p>
--	--	---	---

<p>VII Conferência Nacional de Assistência Social 2009</p>	<p>Avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, sob a ótica da participação e do controle social.</p> <p>Objetivos específicos</p> <p>1) Discutir e avaliar a participação popular e o exercício do controle social no âmbito do SUAS; 2) Avaliar a dinâmica de efetivação dos dez direitos socioassistenciais aprovados na IV Conferência Nacional de Assistência Social, definindo estratégias de fortalecimento da participação popular; 3) Discutir e avaliar a participação popular e o controle social em relação ao orçamento e ao cofinanciamento, para a implementação do Plano Decenal da Assistência Social nos três níveis de governo; 4) Debater a atuação do trabalhador da assistência social, na perspectiva da articulação do protagonismo dos usuários na implementação do SUAS e no fortalecimento do controle social; 5) Discutir a gestão, os instrumentos e os processos de trabalho no âmbito do SUAS, tendo como referência os direitos dos trabalhadores; 6) Discutir e avaliar a representatividade, a composição, a dinâmica e o processo de escolha dos membros dos Conselhos de Assistência Social, visando a democratização e a efetivação do controle social e da participação popular; 7) Discutir a atuação das entidades de assistência social, em especial sua co-responsabilidade na execução da política, visando o fortalecimento do controle social em todos os níveis, da participação popular e da democratização de sua gestão interna; 8) Conhecer e debater experiências de implementação do SUAS que envolvam a participação popular e o controle social.</p>	<p>Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Processo Histórico da Participação Popular no País: nossa cidade e territórios em movimento. 2) Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social: a diretriz constitucional em debate. 3) Protagonismo do Usuário, o seu Lugar Político no SUAS: uma construção inadiável. 4) Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS: composição, dinâmica, caráter da representação e processo de escolha. 5) Bases para Garantia do Financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos. 6) Democratização da Gestão do SUAS: participação e articulação intergovernamental. 7) Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS: controle Social, participação popular e gestão interna. 8) O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuários: bases para uma atuação democrática e participativa.
---	--	--	--

<p>VIII Conferência Nacional de Assistência Social 2011</p>	<p>Objetivo Geral</p> <p>Avaliar e propor diretrizes na perspectiva da valorização dos trabalhadores e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios.</p> <p>Objetivos específicos</p> <p>Avaliar os avanços obtidos na gestão do trabalho no SUAS, seu financiamento e propor estratégias para implementação da NOB/RH, como mecanismo para qualificar os serviços e consolidar o SUAS no sistema de proteção social não-contributivo brasileiro.</p> <p>Avaliar a qualidade da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social sob a lógica do trabalho articulado em rede (entidades socioassistenciais e unidades estatais), do protagonismo e participação dos usuários e da valorização dos trabalhadores.</p> <p>Propor estratégias para o fortalecimento do alcance das atenções ofertadas pelo SUAS no processo de erradicação da pobreza extrema, definindo articulações intersetoriais prioritárias e formas de financiamento adequadas.</p> <p>Avançar na propositura de estratégias para a consolidação da participação e do controle social na assistência social, como eixo estruturante do SUAS, para o fortalecimento do protagonismo dos usuários e para valorização dos trabalhadores.</p>	<p>Consolidar o SUAS e valorizar seusTrabalhadores.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS; 2) Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais; 3) Fortalecimento da participação e do controle social 4) A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.
--	---	---	---

<p>IX Conferência Nacional de Assistência Social 2013</p>	<p>Avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).</p>	<p>A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS.</p>	<p>Eixo 1- Avaliação do Cofinanciamento Obrigatório do SUAS; Eixo 2- Avaliação da Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processo de Planejamento Monitoramento e Avaliação; Eixo 3- Avaliação da Gestão do Trabalho; Eixo 4- Avaliação da Gestão de Serviços, Projetos e Programas Socioassistenciais; Eixo 5- Avaliação da Gestão de Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS; Eixo 6- Regionalização</p>
--	---	--	---